

# Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês

Qualquer que seja o destino reservado à pátria portuguesa, o 11 de Janeiro de 1890 ficará sendo para ele uma data memorável —este dia valeu séculos, este momento, à semelhança de outros que conhecemos da história, resumiu, na sua intensa brevidade, todo um passado doloroso e esboçou, numa fórmula indecisa, o segredo dum futuro perturbante. Foi com certeza um epílogo e será também um prólogo.

Basílio Teles

## 1. INTRODUÇÃO

A historiografia portuguesa tem abordado o Ultimatum de dois pontos de vista distintos e quase sempre independentes. Por um lado, do ponto de vista da política externa —o conflito diplomático e as negociações bilaterais tendentes à sua resolução. Por outro, do ponto de vista da política interna —o levantamento patriótico, a luta anti-inglesa e antimonárquica em prol do ideal republicano.

Isto, sem dar conta de que a especificidade do Ultimatum reside justamente nessa relação interno/externo. O Ultimatum é um acontecimento de política externa — pelas suas causas diplomático-coloniais — que se transforma e ganha relevo como acontecimento de política interna — pelos seus efeitos político-ideológicos.

Neste sentido, o objectivo central deste estudo constitui-se como a análise da relação política externa/política interna, nesse momento decisivo da história contemporânea portuguesa que foi o Ultimatum Inglês de 1890.

Assim, o corpo do trabalho organiza-se em duas partes fundamentais:

- A primeira, que procura determinar a dinâmica externa: a política externa portuguesa, a questão colonial e as origens do conflito;
- A segunda, que procura determinar a dinâmica interna: a reacção nacional ao incidente diplomático e as suas consequências, tanto no que diz respeito ao poder político como à opinião pública.

## 2. A DINÂMICA EXTERNA: A QUESTÃO COLONIAL E AS ORIGENS DO CONFLITO

Desde meados do século XIX, devido à abolição do tráfico negroiro, o continente africano cai num período de relativo esquecimento por parte das potências europeias. Período esse que se estende, *grosso modo*, entre os anos 40 e 65 do século passado.

Quarto de século que não é, porém, um período inerte. Pelo contrário, amadurecem as condições que virão a ser as da conjuntura colonial do último quartel de Oitocentos e das quais havia em Portugal, particularmente por parte dos dirigentes políticos, plena consciência.

Consciência essa que era a da fragilidade da posição portuguesa em África em relação às potências europeias, o que levava a uma redobrada atenção ao mais leve indício de mudança política ou avanço colonial por parte dessas potências no teatro africano.

Essa preocupação consuma-se e ganha mesmo forma institucional na política colonial do Conselho Ultramarino, recriado pela Regeneração em 1851 e cujas medidas espelham claramente a preocupação colonial dos dirigentes portugueses, que se estende até à década de 70:

Primeiro, promover e reforçar os laços entre a metrópole e as colónias, a partir quer da penetração comercial, quer da própria aplicação de capitais no domínio da produção<sup>1</sup>.

Segundo, evitar, ou, pelo menos, reduzir ao mínimo, a intromissão das outras potências europeias nos territórios coloniais portugueses, e particularmente de Inglaterra, na zona entre Angola e Moçambique<sup>2</sup>.

A década de 70 assiste a um renovado interesse europeu pelo continente africano, ao qual se prende a formação de novas condições que facilitam e estimulam a expansão colonial— a explosão demográfica, a revolução tecnológica e as novas condições económico-financeiras.

Todavia, apesar de reunido este conjunto de condições, sem dúvida dinamizadoras, a questão continua a pôr-se: porquê a expansão colonial? Que motivos lançam os Europeus numa tal empresa?

Causas de ordem económica, política e ideológica, a que se junta a acção dinamizadora de alguns movimentos sociais, parecem estar na origem da expansão colonial.

Com efeito, ao nível económico, o ano de 1873 corresponde à entrada num novo ciclo de Kondratieff, numa fase descendente da curva — fase A na terminologia de François Simiand<sup>3</sup>—, e abre um período de grandes dificuldades para as economias desenvolvidas dos países europeus. Esta conjuntura provoca o retorno progressivo a políticas aduaneiras proteccionistas, em detrimento do livre-cambismo, e lança essas economias na conquista de novos mercados extra-europeus.

Paralelamente, e de forma concomitante, esses países entram, a partir de então, na segunda revolução industrial, cujo processo de desenvolvimento acelerado faz carecer a Europa de matérias-primas oriundas do continente africano.

A esta busca de matérias-primas e à conquista de novos mercados, um outro motivo económico vem ainda juntar-se. Os grandes investimentos colocam em risco as grandes massas de capitais em jogo, o que impõe uma

---

<sup>1</sup> Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, 1979, e A. F. Nogueira, *A Raça Negra*, cit. in *op. cit.*, pp. 159-161, e «Panfleto apreendido em Luanda», 1874, AHU, pasta 44, cit. in *op. cit.*, pp. 162-163.

<sup>2</sup> Tavares de Almeida, ofício n.º 24 611, AHU, Conselho Ultramarino. Consultar pasta 110, livro 4.º, n.º 179, 3.ª Rep., cit. in *op. cit.*, p. 58.

<sup>3</sup> Veja-se a este respeito: J. A. Lésourd e Cl. Gérard, *La Nouvelle Histoire Économique*, vol. 1, Paris, 1977, pp. 33 e segs.; J. Bouvier, *Initiation au Vocabulaire et aux Mécanismes Économiques Contemporains*, Paris 1977, pp. 27-32, e especialmente Maurice Niveau, *Histoire des Faits Économiques Contemporains*, Paris, 1966, pp. 143-189, em especial pp. 179-181.

programação económica dos recursos que exige um conhecimento geográfico e geológico dos terrenos, impossível sem a ocupação efectiva dos territórios.

Ao nível político, o prestígio dos Estados, o «orgulho» nacional das potências europeias e motivos de ordem estratégica — a conquista de pontos de apoio naval que permitissem a segurança das rotas marítimas e dos domínios territoriais — contam-se entre as causas de relevo<sup>4</sup>.

Todavia, mais do que isso, é a própria conjuntura internacional que favorece a expansão colonial. De facto, depois da Guerra Franco-Prussiana, a expansão territorial estava completamente bloqueada na Europa. Sob a pressão conjunta do movimento das nacionalidades e do chamado «sistema das compensações», a mais pequena tentativa de expansão no continente europeu corria o risco de degenerar em grave conflito.

Surge então a ideia de que o jogo da «balança de poderes» do equilíbrio europeu se podia estender a zonas extra-europeias, zonas que os juristas ocidentais chamavam de *res nullius*. A partir de então, como diz Duroselle, o «equilíbrio europeu passa a jogar-se fora da Europa»<sup>5</sup>. Nesse jogo, o continente africano desempenhará um papel importante.

Ao nível ideológico, animando e justificando a empresa colonial, começam a forjar-se as grandes ideologias coloniais. Os projectos ordenam-se em torno de ideias-força, como as ligações imperiais Cabo-Cairo, Dakar-Djibuti ou a África Meridional Portuguesa, mas assumindo quase sempre o sentido transcendente duma «missão histórica» ou dum «destino nacional».

O caso português parece, a este título, exemplar. Misto complexo de razões económicas e políticas, o projecto colonial português assume-se historicamente como «missão nacional». É a «vocação colonial» portuguesa, presente desde os ideólogos da Sociedade de Geografia — Luciano Cordeiro e Andrade Corvo — até às teorizações de Marcello Caetano, passando pelo luso-tropicalismo de Gilberto Freyre<sup>6</sup>.

As primeiras explorações deste novo ciclo da história africana devem-se ao missionário inglês Livingstone, seguidas pelas do jornalista americano Stanley e do explorador italiano, naturalizado francês, Brazza.

Todavia, antes que as potências recém-chegadas retalhassem o continente, já a história registava, documentadas, doze surtidas portuguesas no interior do vasto *hinterland* entre Angola e Moçambique, desde 1785 até às grandes explorações de Capelo e Ivens, de 1877. De entre estas será justo destacar a de Francisco José de Lacerda e Almeida, de Tete ao Zimbábwe, em 1797, a de Pedro João Baptista e Amaro José, de Caçanje, em Angola,

---

<sup>4</sup> Veja-se sobre esta questão: Pierre Renouvin, *Histoire des Relations Internationales*, Paris, 1955, t. vi, pp. 38-89, e Pierre Milza, *Les Relations Internationales de 1871 à 1914*, Paris, 1968, pp. 57-65.

<sup>5</sup> J. B. Duroselle, *L'Europe de 1815 à nos Jours*, Paris, 1964, p. 137.

<sup>6</sup> Veja-se a este respeito: Ângela Guimarães, «A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX», in *Ler História*, n.º 1, de Janeiro/Abril de 1983, pp. 69-79, e *Uma Corrente do Colonialismo Português*, Lisboa, 1984; Marcello Caetano, *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa, 1951; e Gilberto Freyre, *Le Portugal et les Tropiques*, Lisboa, 1961.

Também os investigadores estrangeiros foram sensíveis a esta característica do colonialismo português. Veja-se, por exemplo: Richard Hammond, *Portugal and Africa 1815-1910/A Study in Uneconomic Imperialism*, Standford-Calif., 1966, e, recentemente, chamando a atenção para o valor económico do Império, G. Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire*, Manchester, 1985.

a Tete, em Moçambique, entre 1802 e 1806, a de Correia Monteiro e Pedro Gamito, de Tete a Cazembe, em 1831, e a travessia de Silva Porto do Bié à contracosta, em 1853<sup>7</sup>.

Este pioneirismo português em África era traduzido simbolicamente, ao nível do direito internacional, pelo «princípio dos direitos históricos». Princípio da origem portuguesa e que, por vezes reconhecido internacionalmente, regulou algumas questões coloniais até 1875.

Será aliás de acordo com o princípio dos direitos históricos que se procuram as soluções diplomáticas para os primeiros diferendos coloniais anglo-lusos, que serão simultaneamente as primeiras contestações da soberania portuguesa em África.

A primeira — a Questão de Ambriz — é solucionada pelo Governo Português, através duma expedição militar, pela ocupação efectiva do território em 1853.

As duas outras conheceram o seu desfecho através de arbitragem internacional: a Questão da Baía de Bolama, por sentença do presidente Grant, dos Estados Unidos da América, que, de acordo com o princípio dos direitos históricos, se pronuncia favoravelmente a Portugal em 21 de Abril de 1870; a Questão da Baía de Lourenço Marques, por sentença do general Mac Mahon, presidente francês, que, de acordo com o mesmo princípio, reconhece a soberania portuguesa sobre os territórios em litígio em 24 de Julho de 1875.

O princípio dos direitos históricos existiu assim reconhecidamente até 1875 no direito internacional relativo às questões coloniais.

Todavia, a partir de 1875, a situação muda profundamente. Em 1876, na Conferência de Bruxelas, ouvem-se as primeiras críticas aos direitos históricos portugueses e a década que se prolonga até 1884 assiste ao emergir dum novo princípio diplomático — o princípio da ocupação efectiva. Contrário ao princípio dos direitos históricos, o princípio da ocupação efectiva estava intrinsecamente ligado à recente corrida colonial das potências europeias, que visava sancionar do ponto de vista do direito internacional.

É o tempo do «Scrumble for Africa», lançado e popularizado pelo *Times*<sup>8</sup> e que teve a sua versão francesa na «Course au Clocher».

Sem entrar nos meandros do debate<sup>9</sup>, convém contudo notar que de facto, a partir de 1875 e, de forma espectacular, entre 1880 e 1884, os Europeus se instalam com África.

O próprio Lorde Salisbury verificava essa mudança profunda da atitude colonial dos Europeus e afirmava em 1891: «Quando deixei o Foreign Office, em 1880, ninguém sonhava com África. Quando voltei, em 1885, as nações europeias digladiavam-se quase palmo a palmo sobre os diferentes territórios que desejavam obter.»<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Sobre as viagens de exploração portuguesas no interior do continente africano veja-se M. Emilia Madeira Santos, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, 1978, pp. 175 e segs.

<sup>8</sup> *The Times* de 15 de Maio de 1884.

<sup>9</sup> A corrida colonial e a partilha de África suscitaram, a partir de 1961, um longo debate teórico. Aberto pela obra de Robinson e Gallignar, *Africa and the Victorians*, Londres, 1961, e continuado no *Journal of African History*, estende-se até à década de 70 com as teses de Henry Brunshwig, *Le Partage de l'Afrique Noire*, Paris, 1971. A posição portuguesa nesta conjuntura foi estudada por Eric Axelson, *Portugal and the Scrumble for Africa 1875-1891*, Joanesburgo, 1967.

<sup>10</sup> Salisbury, cit. in C. Cecil, *Life of Robert Marquis of Salisbury*, cit. in J. L. Miège, *Expansion Européenne et Décolonization de 1880 à nos Jours*, Paris, 1973, p. 181.

Enquanto as potências europeias ocupavam efectivamente o território africano, o que acontecia em Portugal?

Fundada em 1876 por Luciano Cordeiro, seu secretário vitalício, a Sociedade de Geografia de Lisboa procura alertar a opinião portuguesa para a Questão Colonial e é sob os seus auspícios que se lançam as primeiras grandes viagens de exploração portuguesas.

Em 1877, Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens saem de Benguela em direcção ao Bié, onde se separam, rumando Capelo e Ivens para o norte e Serpa Pinto para o sul até Durban, sem, no entanto, ocuparem qualquer território.

As expedições portuguesas sucedem-se a partir de então e até à Conferência de Berlim: Henrique de Carvalho explora toda a região de Luanda em 1884, entre 1884 e 1885 Capelo e Ivens vão da costa ocidental a Tete e Serpa Pinto e Augusto Cardoso empreendem uma vasta exploração nas zonas do Niassa, Chire e Zambeze até Quelimane.

Perante o avanço das outras potências europeias, Portugal sente os seus direitos históricos ameaçados no interior do continente africano, especificamente sobre a bacia do Congo.

«Franceses, Belgas, Alemães e Americanos — dizia então Andrade Corvo, ministro do Ultramar — têm os olhos fixos no território do Zaire e ali afluem expedições de toda a parte. A ocupação dos territórios cujos direitos Portugal se reserva nos tratados ainda não se conseguiu, mas quando as diversas nações ali puserem o pé seguramente, então essa ocupação tornar-se-á impossível.»<sup>11</sup>

Ora era exactamente para obviar a esta preocupação do ministro Andrade Corvo que o Governo Português vinha instando junto do Governo Britânico para conseguir o seu apoio nesta questão. De facto, se a ocupação efectiva do território por parte de Portugal não se tinha realizado, isso devia-se, decerto, ao diferendo anglo-luso que se arrastava desde 1836.

E só em 1882, pressionado pelo avanço franco-belga na região, o Governo de Sua Majestade se prontifica a negociar com Portugal. O resultado dessas negociações, lavrado em Londres a 26 de Fevereiro de 1884, virá a constituir o chamado Tratado do Zaire. Embora sob onerosas condições, a Grã-Bretanha reconhecia a soberania portuguesa sobre o território em litígio «da costa ocidental africana entre 5° 12' e 8° de latitude sul e que se prolongava pelo interior do rio Zaire até Noqui e daí até aos limites das possessões das tribos da costa e marginais»<sup>12</sup>.

Apesar dum tom generoso e humanitário, invocando a bandeira da liberdade que era a abolição da escravatura, logo que foi conhecido, o texto do Tratado suscitou as mais negativas reacções, por parte tanto das chancelarias europeias, como da imprensa internacional. A própria imprensa inglesa não se mostrou favorável ao Tratado.

Assim, sob o fogo cruzado da opinião pública e da pressão diplomática da França e da Alemanha, recém-desperta para o imperativo colonial, o Governo Britânico vê-se obrigado a abandonar o Tratado, sem que seja sequer submetido à discussão parlamentar<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Andrade Corvo, cit. in Luís Vieira de Castro, *D. Carlos I*, Lisboa, 1926, p. 31.

<sup>12</sup> Cf. Tratado do Zaire em *Negócios Externos*, 1885 — *A Questão do Zaire II*, p. 183, e/ou José de Almada, *Tratados Aplicáveis ao Ultramar*, Lisboa, 1943, vol. VI, p. 19.

<sup>13</sup> Cf. Marcello Caetano, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Lisboa, 1971.

Surpreendido com a atitude britânica, mas forçado a aceitá-la, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Barbosa du Bocage, declara que, no estado da questão, apenas uma conferência internacional poderia encontrar solução para o problema.

Em Julho de 1884, o chanceler Bismark toma uma iniciativa semelhante à sugerida meses antes por Barbosa du Bocage e, de acordo com o Governo Francês de Jules Ferry, convoca para Novembro do mesmo ano, em Berlim, uma conferência colonial.

A 15 de Novembro de 1884 abre a Conferência de Berlim e, com ela, um novo período da história colonial.

Sem entrar nos detalhes da Conferência<sup>14</sup>, assinalem-se, contudo, as duas resoluções fundamentais de significado internacional que pesaram sobre a política externa portuguesa.

A primeira foi o reconhecimento da soberania territorial da Associação Internacional do Congo (14 de Fevereiro) sobre a região que se tornaria dias depois (23 de Fevereiro) no estado independente do Congo, recebendo como soberano Leopoldo II da Bélgica<sup>15</sup>.

A segunda resolução prende-se com o ponto terceiro da proposta inicial de trabalhos e significou, nada mais nada menos, que o reconhecimento internacional do princípio da ocupação efectiva, que se vinha esboçando desde há uma década e que agora, consagrado, passa a reger as questões coloniais.

A derrota da política externa portuguesa começava a desenhar-se e as consequências da Conferência para o País não se fariam esperar.

Em primeiro lugar, a partilha de África impõe a Portugal a definição das fronteiras dos seus territórios como o das novas potências coloniais. Tal acontece logo em 1886 através de duas convenções — uma luso-francesa e outra luso-alemã. Tratados de limites, estas convenções não manifestam intenções de aproximação político-diplomática. Não excluem porém essa hipótese, nomeadamente no caso alemão<sup>16</sup>.

Em segundo lugar, e de mais graves consequências para Portugal, é o novo direito colonial saído de Berlim, que consagra o princípio da ocupação efectiva e considera apenas valor adjutório ao princípio dos direitos históricos.

Porém, apesar da insistência britânica para que este princípio fosse aplicável a todo o continente, a reacção negativa de todas as outras potências impede-o, ficando a declaração final restrita às regiões costeiras<sup>17</sup>. Daí o imperativo de alargamento da ocupação efectiva ao interior do continente através da definição de «esferas de influência».

E é justamente esta questão das «esferas de influência» que vai estar na origem do conflito anglo-luso<sup>18</sup>.

De facto, Portugal vê-se daí em diante obrigado a ocupar efectivamente os territórios que reclamava por direito histórico, isto é, a constituir a sua esfera de influência no interior do continente africano. O projecto

---

<sup>14</sup> Veja-se um resumo em José de Almada, *op. cit.*, vol. iv, pp. 30 e segs.

<sup>15</sup> Cf. respectivamente *Negócios Externos*, 1885 — *A Questão do Zaire II*, pp. 162 e 177 e segs.

<sup>16</sup> Cf. *Negócios Externos*, 1887.

<sup>17</sup> *Id.*, *ibid.*, 1885, p. 150.

<sup>18</sup> Sobre a definição jurídica da esfera de influência e consequências internacionais que suscitou veja-se Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 129.

era então ligar as duas costas, de Angola a Moçambique, projecto este a que se deu o nome de África Meridional Portuguesa.

O projecto da África Meridional Portuguesa conheceu aliás uma representação gráfica em que a zona de influência aparecia colorida a cor-de-rosa e que acabou por torná-lo célebre — o Mapa Cor-de-Rosa.

A partir de então, sempre sob os auspícios da Sociedade de Geografia e com o impulso do novo ministro dos Negócios Estrangeiros — Barros Gomes —, começa a pôr-se em execução o projecto da África Meridional Portuguesa e lançam-se novas expedições para realizar o Mapa Cor-de-Rosa.

A partir de 1887, Paiva de Andrade ocupa a Zambézia, Vítor Cordon e António Maria Cardoso o Niassa e outras regiões do Norte moçambicano, enquanto, na costa ocidental, Artur Paiva e Paiva Couceiro ocupam o Bié. Serpa Pinto, depois de ocupar o Tungue, empreende a sua missão na região dos Macololos, que submete. Ora esta missão virá a constituir precisamente a causa próxima do conflito.

De facto, a delimitação das esferas de influência tinha sido negociada por Portugal com a França e a Alemanha, através das Convenções de 1886. O mesmo não acontecera com a Grã-Bretanha, com a qual, por isso mesmo, o conflito poderia estalar a qualquer momento. Tanto mais que o projecto da África Meridional Portuguesa contrariava frontalmente o projecto de Cecil Rhodes da ligação Cabo-Cairo, apoiado pela Grã-Bretanha.

Com efeito, em 1887, o Governo Inglês decide abrir com Portugal um conflito diplomático no sentido de remover esse obstáculo que se opunha à concretização do seu projecto. Após longa troca de notas diplomáticas sem conclusão, o conflito estala em Novembro<sup>19</sup>.

A estratégia diplomática do Governo Português é primeiramente retardar, adiar a questão tanto quanto possível. Conseguiu-o durante dois anos.

Todavia, no teatro africano, as operações continuavam e, em Outubro de 1889, a rainha Vitória concede, por carta régia, personalidade jurídica e poderes majestáticos à British South Africa Company. Reconhecido o seu sistema, Cecil Rhodes pressiona o Governo Britânico para que imponha uma resposta ao Governo Português, o que acaba por acontecer em Dezembro.

A partir de então cresce a rapidez na troca das notas diplomáticas e, com ela, a violência da linguagem.

Sucessivamente adiado, o acordo torna-se impossível. No teatro africano, entretanto, as operações evoluem.

No vale do Chire, Serpa Pinto vai encontrar hasteada a bandeira inglesa e os Macololos revoltados contra Portugal. As movimentações militares continuam e, quando João de Azevedo Coutinho conquista a região e submete os chefes africanos à soberania portuguesa, o Governo Inglês considera esta acção *casus belli*. Rejeita qualquer solução de acordo ou arbitragem, concentra as forças navais em pontos estratégicos da costa africana e a 11 de Janeiro de 1890 envia a Portugal um memorando que põe fim aos incidentes.

---

<sup>19</sup> Cf. *Negócios Externos*, 1889, pp. 14-15, e resposta portuguesa, pp. 15-19; o seguimento das notas diplomáticas pode ver-se nos *Livros Brancos*, *Negócios Externos*, 1889 e 1890. Um resumo desta correspondência — síntese-selecção dos documentos mais importantes — pode encontrar-se em Pinheiro Chagas, *Um Reinado Trágico*, Lisboa, 1908, vol. 1, pp. 92-107.

Era o Ultimatum:

«O Governo de Sua Majestade Britânica não pode dar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português [...] O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e no país dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, todas as seguranças dadas pelo Governo Português são illusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade *Enchentress* está em Vigo esperando as suas ordens.»<sup>20</sup>

Parante o Ultimatum, qual seria a resposta do Governo Português?

Não foi preciso esperar muito para o saber.

Na própria noite de 11 de Janeiro reúne-se o Conselho de Estado, sob a presidência do rei D. Carlos.

O «comunicado final», tornado público pelo ainda ministro Barros Gomes, afirmava:

«Em presença duma ruptura eminente das relações com a Grã-Bretanha e todas as consequências que poderiam dela derivar, o Governo resolve ‘ceder’ às exigências recentemente formuladas nos dois últimos memorandos, ressalvando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do Acto Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem. O Governo vai expedir para o Governo-Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha.»<sup>21</sup>

É o fim do sonho do Mapa Cor-de-Rosa.

Acontecimento da maior importância, tanto ao nível diplomático como ao da sua repercussão interna sobre a evolução política e a consciência nacional, o Ultimatum foi objecto de múltiplas e diferentes abordagens.

Foram primeiro, sob o calor dos acontecimentos, as mil e uma conferências, brochuras e folhetos anti-ingleses, inflamados pelo patriotismo ofendido<sup>22</sup>.

Foi depois a historiografia, orientada para duas perspectivas distintas, quase sempre independentes — a questão diplomática, por um lado, e a questão interna, de luta anti-inglesa e antimonárquica, por outro<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> Esta nota, como as anteriores, que constam em *Negócios Externos*, 1889 e 1890, foram apresentadas à Câmara dos Pares, pelo ministro Barros Gomes, logo após o incidente diplomático, na sessão de 13 de Janeiro de 1890 e podem encontrar-se em *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 13 de Janeiro de 1890. Veja-se esta nota, pp. 21-22.

<sup>21</sup> Sobre as diferentes posições dos conselheiros de Estado pode ver-se a «Acta do Conselho de Estado» até aí inédita, publicada em Júlio de Vilhena, *Antes da República*, Lisboa, 1916, vol. 1, pp. 178-180.

O comunicado final pode ver-se em *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 13 de Janeiro de 1890, p. 22.

<sup>22</sup> Os jornais da época estão cheios de anúncios de conferências das mais variadas personalidades sobre o tema. Uma lista dos folhetos então publicados pode encontrar-se em Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. 1, p. 161.

<sup>23</sup> Para além das obras de carácter geral vejam-se: no que respeita às abordagens historiográficas da questão diplomática, as obras referidas nas notas 24 e 25; no que respeita às

Do ponto de vista das relações internacionais e da política externa portuguesa, que agora nos ocupa, as posições divergem sobre o significado do Ultimatum. As histórias diplomáticas de Portugal, pelo seu carácter generalista e descritivo, dedicam apenas algumas páginas ao Ultimatum e nunca chegam a reflectir sobre o seu significado<sup>24</sup>. Os estudos especializados, que o fazem, inclinam-se *grosso modo* para duas orientações diferentes: uma, para quem o Ultimatum significa uma derrota inequívoca da política externa portuguesa; outra, que procura moderar e relativizar o significado dessa derrota<sup>25</sup>.

Do ponto de vista da política externa, o significado do Ultimatum terá de se compreender não só no acontecimento de 11 de Janeiro, mas também ao longo do processo que se inicia com o Ultimatum e se estende até ao Tratado de 1891.

Este processo não é homogéneo na sua totalidade e pode dividir-se em dois momentos distintos, segundo a atitude diplomática britânica em relação a Portugal: o primeiro do Ultimatum ao Tratado de 20 de Agosto; o segundo, da queda do Tratado de 20 de Agosto à conclusão do Tratado de Julho de 1891.

No primeiro período, a atitude diplomática britânica, dura e intransigente, visa de forma clara a capitulação portuguesa. Expressa desde logo na nota de 11 de Janeiro, é confirmada a 28 do mesmo mês e corroborada a 21 de Março pela recusa a Portugal do direito de recurso à mediação ou arbitragem<sup>26</sup>.

Por outro lado, a alternativa real de que a política externa portuguesa dispunha e que existia de facto — a Alemanha — vê-se conjuntamente bloqueada<sup>27</sup>.

---

abordagens historiográficas da questão interna, as diferentes histórias do movimento republicano em Luís de Montalvor (org.), *História do Regime Republicano em Portugal*, Lisboa, vol. 1, 1930, vol. II, 1932; Francisco Reis Santos, «O movimento republicano e a consciência nacional», vol. 1, pp. 317-336, e Lopes de Oliveira, «A obra da propaganda republicana», vol. II, pp. 72-88. Este texto pode também ver-se em Lopes de Oliveira, *História da República Portuguesa*, Lisboa, 1947, pp. 71-93. Veja-se também Jesus Pabon, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, 1961, pp. 20-26, e *História da República*, Ed. O Século, edição comemorativa do cinquentenário, Lisboa, 1960, pp. 37-46. Raul Rego *História da República*, Lisboa, 1986, vol. 1, pp. 180 e segs. Dentre os testemunhos da época salientam-se Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, 2.ª ed., Lisboa, 1968, pp. 85-235, e João Chagas e ex-tenente Coelho, *História da Revolta do Porto*, 2.ª ed., Lisboa, 1978, pp. 1-74.

<sup>24</sup> Vejam-se a este respeito Eduardo Brasão, *Relance da História Diplomática de Portugal*, Porto, 1940, pp. 267-271, e Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, 1986, pp. 505-510.

<sup>25</sup> A respeito das diferentes orientações sobre o significado do Ultimatum vejam-se (por ordem cronológica): Luís Vieira de Castro, *op. cit.*; José de Almada, *O Tratado de 1891*, Lisboa, 1947; Marcello Caetano, *op. cit.*; José Medeiros Ferreira, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, 1981, pp. 47-61; e Jorge Borges de Macedo, «Constantes e linhas de força da história diplomática de Portugal», em curso de publicação em *Nação e Defesa*. Dado que a publicação em curso do referido estudo não atingiu ainda o período cronológico em causa, reporteime ao curso de Política Externa Portuguesa — Séculos XIX e XX, orientado pelo autor na Faculdade de Letras de Lisboa, no ano lectivo de 1982-83.

<sup>26</sup> Consulte-se a este respeito Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. I, p. 132, e José de Almada, *op. cit.*, pp. 315-322. As notas diplomáticas de 28 de Janeiro e 21 de Março foram publicadas e podem encontrar-se em Júlio de Vilhena, *op. cit.*, vol. I, respectivamente pp. 182 e 183.

<sup>27</sup> Cf., em Jacques Droz, *Histoire Diplomatique de 1648 à 1919*, Paris, 1972, pp. 477 e 456.

Sobre o «erro de cálculo» da política externa portuguesa, ao aproximar-se da Alemanha quando esta e a Grã-Bretanha procuram uma *entente*, vejam-se as considerações do deputado Fuschini na sessão da Câmara dos Deputados de 17 de Janeiro de 1890. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 17 de Janeiro de 1890, pp. 70 e 71.

Neste contexto, não resta a Portugal outra solução que «ceder às exigências» e encetar negociações com a Grã-Bretanha.

O resultado dessas negociações, oneroso para o País, constituirá o Tratado de 20 de Agosto de 1890<sup>28</sup>.

A curto prazo, pois, será difícil não considerar o Ultimatum um revés diplomático da política externa portuguesa.

A médio e longo prazo, porém, essa perspectiva altera-se consideravelmente.

De facto, a atitude britânica modera-se de forma significativa logo após a queda do Tratado de 20 de Agosto, que, sob pressão da opinião pública e das oposições políticas, o Parlamento Português não ratifica<sup>29</sup>.

Esta moderação diplomática britânica deve-se, por um lado, às sucessivas mudanças de interlocutor e à crescente agitação interna em Portugal, que põem em risco a estabilidade do próprio regime, o que não interessa à Grã-Bretanha, e, por outro lado, ao início da tomada de consciência da alternativa da política externa portuguesa, ou pura e simplesmente porque considera adquiridas as suas pretensões fundamentais.

Seja como for, o certo é que a diplomacia britânica se torna mais transigente e dialogante, e esta nova atitude expressa-se logo na aceitação do Modus Vivendi de 14 de Novembro e, depois, na disposição para negociar o novo tratado<sup>30</sup>.

Tratado este, de Junho de 1891, que, longe de ser favorável a Portugal, se revela até mais penoso em algumas das suas cláusulas<sup>31</sup>.

Todavia, ao contrário do que acontecera em Agosto de 1890, o Tratado de 1891 é recebido pelo País em plena tranquilidade e ratificado pelo Parlamento.

O que provoca então uma mudança tão significativa no curto prazo de apenas um ano?

Não certamente a negociação diplomática, mas antes a conjuntura da política interna portuguesa. E é aqui que reside um dos pontos essenciais sem os quais não poderá compreender-se todo este processo. Sendo o Ultimatum um acontecimento de política externa, torna-se um acontecimento de política interna.

Ora, ao isolar as duas questões, externa e interna — verso e reverso da mesma moeda —, a historiografia portuguesa deixou perder a especificidade do acontecimento, que se centra justamente na relação política externa-política interna.

Acontecimento diplomático, não é a este nível, no entanto, que se expressa a dimensão de derrota, nem as consequências futuras se mostraram mais graves. De facto, sob condições mais ou menos penosas, o conflito chega a uma solução que nem sequer provoca mudança na orientação

---

<sup>28</sup> O texto do Tratado (bem como as modificações propostas) foi apresentado à Câmara dos Deputados, pelo ministro Hintze Ribeiro, na sessão de 15 de Setembro de 1890. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Setembro de 1890, pp. 1857-1860, e/ou José de Almada, *op. cit.*, pp. 342-351, ou *Diário do Governo*, n.º 196, de 30 de Agosto de 1890.

<sup>29</sup> Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Setembro de 1890, em particular p. 1857.

<sup>30</sup> Veja-se, a este respeito, a troca de correspondência diplomática entre Londres e Lisboa, em José de Almada, *op. cit.*, pp. 353-364 e segs.

<sup>31</sup> Veja-se o texto do Tratado que foi publicado no *Diário do Governo*, n.º 147, de 7 de Julho de 1891. Pode ser encontrado em José de Almada, *op. cit.*, pp. 389-400.

da política externa portuguesa. A «velha aliança» permanece para Portugal como alternativa diplomática preferida.

Ao contrário, é ao nível interno que as consequências se fazem sentir e que se manifesta a dimensão trágica da derrota. O acontecimento diplomático é aproveitado e explorado ao nível da política interna e é neste plano que a derrota ganha relevo e atinge foros de traumatismo na consciência nacional.

Este é o cerne da questão — como é que um acontecimento de política externa se transforma num acontecimento de política interna? Para o compreender torna-se agora necessário abordar a dinâmica interna — a reacção das forças políticas, os seus objectivos, a sua estratégia.

### 3. A DINÂMICA INTERNA

#### 3.1 O ULTIMATUM E O PODER POLÍTICO

O fenómeno de aproveitamento partidário do facto político não era novo em Portugal. Desde finais da década de 70, primórdios de 80 do século passado que se vinha desenhando uma dinâmica crescente de propaganda segundo essa estratégia. Aproveitando a evolução das conjunturas políticas, os mais diversos acontecimentos, tanto de natureza externa como interna, eram pretexto suficiente e imediato para violentas campanhas contra o Governo e, por vezes, contra o próprio regime.

Foi primeiro a campanha das oposições progressista e republicana contra o Governo regenerador e a Coroa, quando do Tratado de Lourenço Marques, em 1879. Nesta conjuntura, a questão, embora ligada ao regime, aparecia ainda como um erro de governo.

Foi depois, com as mútuas acusações entre os partidos monárquicos e de ambos à própria Coroa, a campanha republicana de 1880, no Tricentenário de Camões. Então foi posta claramente a questão do regime.

Nas vésperas do Ultimatum, o País conhecia, assim, uma dinâmica interna de propaganda para agitação da opinião pública.

Esta dinâmica em marcha vai confirmar-se em 1890 na dinâmica externa — o Ultimatum Inglês constituirá a sua prova mais flagrante.

Mas veja-se como reagem as forças políticas perante o incidente diplomático. Ao longo do ano de 1890 pode verificar-se em Portugal um movimento oscilante de fluxo e refluxo das movimentações político-sociais, correspondentes a períodos alternados de agitação e acalmia. Assim, entre o Ultimatum de 11 de Janeiro e o *Modus Vivendi* de 14 de Novembro podem determinar-se três momentos politicamente significativos: o primeiro, de reacção ao Ultimatum; o segundo, de refluxo do movimento; o terceiro, de reacção ao Tratado de 20 de Agosto, para depois voltar a refluir.

#### *A reacção ao Ultimatum*

Entre o Ultimatum Inglês e o movimento popular, que nas ruas se começa a desenrolar, como reagem os agentes políticos em Portugal?

Contrariamente ao que seria de esperar num momento grave em que o interesse nacional deveria sobrepor-se a todos os outros — sejam do Governo ou da Oposição —, os partidos políticos apressam-se a retirar para si os dividendos partidários que a conjuntura diplomática oferece.

Aceite o Ultimatum pelo Governo progressista, de imediato o Partido Regenerador, pela voz do seu órgão oficial, *A Gazeta de Portugal*, excitava a opinião pública contra o Governo e incitava a rua a fazer justiça pelas próprias mãos: «Que se faça justiça a essa gente e que não haja demoras nem delongas.»<sup>32</sup>

Sob o peso triplo da cedência diplomática em relação à Inglaterra, da onda de manifestações populares de protesto patriótico e do desamparo político do outro partido monárquico, já que do republicano não seria lícito esperá-lo, ao Governo progressista resta somente uma saída — a demissão.

Era a primeira consequência política do Ultimatum e a segunda vez na história de Portugal que caía um governo por motivos de política externa (a primeira tinha sido em 1879, quando do Tratado de Lourenço Marques).

Presente nas Cortes perante a Câmara dos Pares, o Governo progressista, pela voz de Barros Gomes — paladino do Mapa Cor-de-Rosa —, historiava os acontecimentos e justificava a atitude política do seu Gabinete: «[...] a forma por que se precipitaram os acontecimentos tornou de todo impossível suscitar nesta casa qualquer debate prévio que tivesse podido [...] esclarecer o Governo sob a melhor maneira de dirigir as negociações, aliviando assim o fardo da responsabilidade a que ele vergava.»<sup>33</sup>

Ouvido o Conselho de Estado, o Governo deliberou «convencido de que, em face das circunstâncias, não podia seguir outro caminho [...] sem comprometer mais gravemente os interesses da Nação»<sup>34</sup>.

É nesta conjuntura que J. Luciano de Castro anuncia a sua demissão, justificando a renúncia por imperativos de ordem patriótica: primeiro, porque a resistência em relação a uma nação poderosa como a Inglaterra poderia dar lugar à ocupação, como represália, de mais territórios coloniais portugueses e a sua perda irremediável; em segundo lugar, porque isso deixaria a Coroa e os governos seguintes em graves dificuldades. Assim, o Governo deveria «ceder e cair», porque, dessa maneira, «salvava os interesses do Estado e deixava aos seus sucessores uma situação fácil e desafogada»<sup>35</sup>.

Caído o Governo progressista, António Serpa diligencia no sentido de formar o novo Ministério regenerador, que apresenta ao Parlamento no dia 15 de Janeiro, anunciando o seu programa<sup>36</sup>.

De imediato, o Partido Progressista apressava-se a tomar posição em relação ao novo Governo: «A atitude do Partido Progressista é formal e declaradamente de oposição ao actual Gabinete.» Ressalva, contudo, duas ordens de questões: «as relações com as potências estrangeiras» e as «questões de ordem pública»<sup>37</sup>.

Declaração patriótica, sem dúvida, mas que, justamente nestas duas questões e nos momentos de maior gravidade, esquecerá, em proveito dos interesses partidários.

---

<sup>32</sup> *A Gazeta de Portugal*, cit. em João Chagas e ex-tenente Coelho, *op. cit.*, p. 21.

<sup>33</sup> *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 13 de Janeiro de 1890, p. 17.

<sup>34</sup> *Ibid.*, id., p. 23.

<sup>35</sup> *Ibid.*, id., mesma página.

<sup>36</sup> *Ibid.*, sessão de 15 de Janeiro de 1890, p. 58.

<sup>37</sup> *Ibid.*, id., p. 59.

Do ponto de vista político, a posição dos partidos monárquicos invertia-se: primeiro foram os regeneradores que, na Oposição, tiraram dividendos da atitude do Governo progressista, agora eram os progressistas, na Oposição, que procuravam aproveitar a atitude do Governo regenerador. Uma coisa, porém, se tornava fácil de evidenciar perante a opinião pública — para os monárquicos, os interesses partidários sobrepunham-se amiúde ao interesse nacional.

Estabilizada a política interna, permanecia a questão diplomática, o conflito aguardava uma solução.

Deputados e pares abrem o debate sobre a política externa — os caminhos a seguir no diferendo com a Inglaterra e muito particularmente a política de alianças.

Multiplicam-se os protestos contra a atitude inglesa e as reclamações de mudanças na política de alianças. Isto é, o abandono da Aliança Inglesa e a sua substituição por soluções alternativas, entre as quais se insistia na vizinha Espanha.

De entre as múltiplas intervenções neste sentido avulta, pela sua sagacidade política e eloquência parlamentar, a do deputado A. Fuschini. Analisando as causas do Ultimatum, vê nele a consequência da aproximação que o Governo progressista fizera com a Alemanha «para sacudir o jugo inglês», como dizia.

Aproximação, porém, imprudente, já que não soube interpretar as medidas de convergência que entre as duas potências se desenham e que uma recente passagem de revista do imperador alemão, aliás neto da rainha Vitória, à esquadra inglesa parecia espelhar claramente.

Inviabilizada a alternativa inglesa, bloqueada assim a alternativa alemã, a política externa portuguesa encontrava-se num dramático isolamento, perigoso não só «para o domínio colonial», como até, no caso de conflagração europeia, para a autonomia nacional. É nesta conjuntura que procura determinar a política de alianças mais favorável a Portugal e que formula nos seguintes termos:

«Se a Inglaterra [...] é a nossa inimiga em África, é preciso encontrar na Europa os inimigos naturais dos Ingleses: ora estes inimigos de raça, de história e de interesses políticos e económicos são a França e a Espanha.»<sup>38</sup>

Todavia, a realidade político-diplomática não se compadecia com as locubrações parlamentares e, assim, sendo nulas as alternativas francesa e espanhola, bloqueada a alternativa germânica, a margem de manobra da política externa portuguesa era reduzida e uma única solução se afigurava: a negociação com a Inglaterra.

De facto, no dia 18 de Janeiro, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Hintze Ribeiro, avista-se com o embaixador inglês em Lisboa, Mr. Petre, e confirma-lhe a aceitação do Ultimatum e a disponibilidade para negociar, invocando a Aliança Inglesa<sup>39</sup>.

Entretanto, dado que o Governo saíra da nomeação real, e não do Parlamento, dava-se o caso já tradicional no rotativismo parlamentar, mas nem por isso menos anómalo, dum Governo minoritário e duma Oposição que era maioria nas Cortes.

<sup>38</sup> *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 17 de Janeiro de 1890, p. 71.

<sup>39</sup> Veja-se, a este respeito, João Chagas e ex-tenente Coelho, *op. cit.*, p. 9.

Nesta conjuntura, usando das disposições constitucionais que lhe eram reservadas, ouvido o Conselho de Estado, o rei decide dissolver o Parlamento, não sem o protesto progressista.

No dia 20, o decreto de dissolução é presente às Cortes, marcando novas eleições e a abertura do novo Parlamento para 19 de Abril<sup>40</sup>.

A partir de então desaparece do panorama político toda e qualquer informação sobre a questão diplomática pendente e só na imprensa internacional surgem, de quando em vez, parcas notícias sobre o curso dos contactos entre Londres e Lisboa.

No dia 28, porém, Londres manifesta em nota diplomática a sua estranheza em relação ao apelo português de mediação ou arbitragem internacional e recusa a Portugal esse direito.

Perante a insistência de Lisboa, em nota de 1 de Março, o Governo Britânico encerra o debate em negativa formal de 21 de Março:

«O Governo de Sua Majestade sente não poder chegar à solução desta controvérsia recorrendo, quer a uma conferência, quer a um arbítrio.»<sup>41</sup>

Goravam-se assim as pretensões portuguesas de mediação ou arbitragem, não restando a Lisboa outra hipótese que a das negociações bilaterais.

De imediato, Barjona de Freitas parte para Londres, para abrir negociações com Inglaterra que possam conduzir à resolução do conflito.

Entretanto, em Portugal, o movimento patriótico avoluma-se, ganha dimensão nacional e atinge o auge a 11 de Fevereiro, um mês após a trágica data, na célebre jornada que ficou conhecida pela Campanha dos Apitos.

Excluído da governação e marginalizado do Parlamento, o Partido Republicano explora o desgaste político dos partidos monárquicos e joga na sociedade civil. Incita e acompanha o movimento patriótico, capitalizando em seu favor a imagem de defensor do «interesse nacional».

Porém, o Governo, por um lado receoso de que as manifestações populares pudessem prejudicar as negociações com Inglaterra e, por outro, procurando contrariar o intento republicano, apressa-se a tomar medidas repressivas — proibindo as manifestações —, reforçadas pelos decretos de 11 de Março e 7 de Abril — a famosa Lei das Rolhas.

Proibidas as manifestações, silenciada a imprensa revolucionária, o movimento decai gradualmente e o País regressa pouco a pouco a uma situação de acalmia.

### *Refluxo do movimento*

Neste clima de normalização da ordem pública ao nível interno e de silêncio sobre as negociações diplomáticas ao nível externo, anunciam-se em 22 de Fevereiro as alterações à Lei Eleitoral.

As eleições têm lugar a 30 de Março e custam ao País 10 mortos, 40 feridos e, pelo menos, 80 contos<sup>42</sup>. Contrariamente à tendência regressiva de participação eleitoral que se vinha desenhando, as eleições de 1890 regis-

<sup>40</sup> Cf. in *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 20 de Janeiro de 1890, pp. 45-46, e *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 20 de Janeiro de 1890, pp. 92-93.

<sup>41</sup> As notas diplomáticas trocadas entre as Chancelarias de Londres e Lisboa sobre esta questão em 28 de Janeiro, 1, 2 e 21 de Março de 1890 foram publicadas por Júlio de Vilhena nas suas memórias. Cf. Júlio de Vilhena, *op. cit.*, vol. 1, pp. 182-183.

<sup>42</sup> Cf. os números oficiais em Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. 1, p. 155.

tam uma extraordinária participação eleitoral — 14 000 votantes, cerca de 55 % dos eleitores —, consequência do movimento de opinião que o levantamento patriótico fizera gerar.

Os resultados eleitorais dão, como inevitavelmente deveriam dar, a vitória ao Governo. Mais significativa, porém, é a vitória eleitoral republicana. Concorrendo em coligação com uma facção do Partido Progressista numa «candidatura de protesto», consegue eleger 3 deputados pelo círculo de Lisboa — José Elias Garcia, Latino Coelho e Manuel de Arriaga<sup>43</sup>. O Partido Republicano conseguia os seus primeiros dividendos políticos.

O novo Parlamento abre, conforme o estabelecido, a 19 de Abril, dentro da mais pacata normalidade e numa quase indiferença pela questão diplomática pendente. O próprio Discurso da Coroa parece reflectir essa situação:

«Entre o meu Governo e o de Sua Majestade Britânica», dizia lacónico o rei D. Carlos, «suscitou-se um conflito que foi sensível ao meu coração e ao de todos os portugueses e daí se originaram negociações diplomáticas. Tenho fé que elas terminarão honrosamente para as duas nações. O meu Governo vos apresentará em tempo oportuno os documentos que respeitam a este assunto.»<sup>44</sup> E mais não dizia.

O clima era esse. A ordem pública restaurada, as negociações a decorrerem em Londres e a opinião pública completamente alheia.

Entretanto, o Governo reforça as medidas ditatoriais: aumenta drasticamente os efectivos da Guarda Municipal; põe em marcha sistemas de informação; afasta as guarnições para fora dos grandes centros.

Bloqueada a imprensa revolucionária pela Lei das Rolhas, fechados ou dissolvidos os centros republicanos, na sequência da vitória eleitoral de Lisboa, desmobilizada a opinião pública e sufocado o movimento nacional pela ditadura, o Partido Republicano apercebe-se da impossibilidade de colaboração patriótica e, em silêncio, alguns dos seus dirigentes começam a maturar a ideia revolucionária<sup>45</sup>.

Vivia-se pacatamente este clima, quando, a 22 de Agosto, o País é sobressaltado pela assinatura do Tratado com Inglaterra.

### *A reacção ao Tratado*

Assinado em Londres a 20 de Agosto, conhecido nas suas bases pela imprensa portuguesa a 22 e publicado a 30, o Tratado veio ferir, de novo, o já ferido orgulho nacional. Provoca, renovada, uma vaga de indignação e protesto na opinião pública e o renascer do movimento patriótico, que, crescendo, atinge o auge na abertura de nova sessão legislativa, marcada para 15 de Setembro<sup>46</sup>.

Nesta conjuntura, embora diferente do ponto de vista diplomático, repete-se, contudo, a situação interna de Janeiro: entre o Tratado com a

<sup>43</sup> Veja-se, a este respeito, Pedro Tavares de Almeida, «Comportamentos eleitorais em Lisboa, 1878-1910», in *Análise Social*, n.º 85, 1985, pp. 132-133.

<sup>44</sup> *Diário do Governo*, n.º 88, de 21 de Abril de 1890.

<sup>45</sup> Veja-se Basílio Teles, *op. cit.*, pp. 144-217.

<sup>46</sup> O texto do Tratado (bem como as modificações propostas) foi apresentado à Câmara dos Deputados, pelo ministro Hintze Ribeiro, na sessão de 15 de Setembro de 1890. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Setembro de 1890, pp. 1857-1680, e/ou José de Almada, *op. cit.*, pp. 342-351, ou *Diário do Governo*, n.º 196, de 30 de Agosto de 1890.

Inglaterra e a revolta popular, como reagem as forças políticas portuguesas?

Presente às Cortes pelo Governo, o Tratado é objecto do mais violento repúdio por parte da Oposição, que propõe, como protesto contra «a rapacidade inglesa», que sejam declarados «Beneméritos da Pátria», primeiro, «Azevedo Coutinho» e, depois, «todos os explorados africanos»<sup>47</sup>, no que é apoiada não só pela bancada progressista, como, inesperadamente, já que isso envolvia uma crítica ao Tratado, por parte da bancada regeneradora.

E não só nos deputados, mas também entre o pariato, começa a desenhar-se uma cisão entre regeneradores, na qual estavam membros destacados do Partido, entre eles a figura simbólica de Serpa Pinto.

Perante o movimento popular, a oposição progressista e republicana e a cisão no seu próprio Partido, o Governo cai, depois duma tentativa gorada por parte do rei para conseguir uma remodelação governamental.

A. Serpa vai ao Parlamento e anuncia a demissão<sup>48</sup>.

Depois do Ultimatum era agora o Tratado. Pela terceira vez na história de Portugal, o Governo caía por um motivo de política externa e sob pressão da opinião pública.

Abria-se uma grave crise política. Martens Ferrão, embaixador português junto da Santa Sé, é chamado a Lisboa para formar governo. Após diligências várias, inviabilizadas por motivos partidários, por progressistas e regeneradores, como depois explicará ao Parlamento<sup>49</sup>, M. Ferrão declina e D. Carlos convida a formar governo o velho general João Crisóstomo.

Extrapartidário, de inspiração monárquica e liberal, apoiado pelas forças militares, o novo Governo apresenta-se às Cortes, após longos vinte e oito dias de vazio político, a 15 de Outubro.

Laconicamente, o seu presidente apresentava o Ministério: «O Ministério houve de organizar-se conforme as necessidades excepcionais da situação política. Não representa um partido, mas há-de representar os princípios do Governo que são comuns aos partidos liberais e monárquicos e diligenciará merecer quanto possível a cooperação ou benevolência de todos, zelando os interesses públicos, que ele sobrepõe aos particulares.»<sup>50</sup> E adiantava duas preocupações especiais: «a Fazenda» e o «infeliz desacordo com Inglaterra».

A reacção dos partidos não se faz esperar e a conjuntura política define-se claramente — a um lado os partidos monárquicos, a outro as posições antimonárquica e republicana.

O Partido Regenerador recebe o Governo com uma atitude que classifica de «expectativa benévola». O facto de o Ministério se formar «fora dos partidos», de ser independente ao «espírito de facção» e de se mostrar determinado na resolução do conflito com Inglaterra justificava «a atitude de expectativa o mais benévola possível»<sup>51</sup>.

<sup>47</sup> *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Setembro de 1890, pp. 1852-1853.

<sup>48</sup> *Ibid.*, sessão de 18 de Setembro de 1890, p. 1866.

<sup>49</sup> *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 15 de Outubro de 1890, pp. 953 e segs.

<sup>50</sup> *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Outubro de 1890, p. 1895.

<sup>51</sup> *Ibid.*, id., p. 1896.

Igualmente o Partido Progressista define a atitude em relação ao Governo como de «expectativa e benevolência», expressando os votos «de poder converter a sua benevolência em apoio caloroso»<sup>52</sup>.

Todavia, as posições antimonárquicas manifestam-se já claramente. Guerra Junqueiro produz uma autêntica verrina, não poupando o Governo, os partidos monárquicos e a própria Coroa.

O Partido Republicano colocava já a questão de forma aberta — era um problema de regime. E aos olhos da opinião pública lograva aparecer como o único defensor da Pátria. De tal forma que Manuel de Arriaga chega a afirmar na Câmara dos Deputados: «Basta do que já está feito. Não confiem no inimigo, confiem em nós. Em nós sim. Na Pátria.»<sup>53</sup>

Continuava pendente a questão externa. Com o Governo regenerador cai também o Tratado de 20 de Agosto.

O novo Ministério reabre o diálogo com Londres, no sentido de chegar a um acordo provisório, até à conclusão dum novo tratado.

Esse acordo virá a ser consumado num *Modus Vivendi* assinado a 14 de Novembro e conhecido pela imprensa dias depois<sup>54</sup>.

Ao contrário do Tratado, o *Modus Vivendi* é aceite com serenidade pelas forças políticas e pela opinião pública, cujo movimento reflui de novo depois da queda do Governo e da recusa do Parlamento em ratificar o Tratado.

Com o *Modus Vivendi* em vigor abrem-se negociações entre Londres e Lisboa no sentido de chegar a um novo tratado<sup>55</sup>.

Porém, se, em Portugal, as forças políticas não estavam unidas em torno da questão externa, em Inglaterra não deixavam de se manifestar alguns grupos de pressão divergentes do Governo, e em particular o grupo de Cecil Rhodes, ligado aos interesses da South Africa Company.

E, se, em Portugal, as oposições progressista e republicana rejubilaram com a queda dos regeneradores e o abandono do Tratado, na Grã-Bretanha, sem que constituísse uma derrota para Salisbury, havia alguém que com isso saía bem mais vitorioso — Cecil Rhodes, recém-nomeado primeiro-ministro da colónia do Cabo.

É que o Tratado de 20 de Agosto conferia a Portugal, além duma espécie de «corredor transafricano», o vasto e rico planalto de Manica, há muito cobiçado pela Chartered e que Rhodes perderia com a ratificação portuguesa do Tratado<sup>56</sup>. Foi isto que a cegueira partidária das forças políticas portuguesas e a agitação da opinião pública não viram, sob o calor dos acontecimentos pós-20 de Agosto.

De imediato, e aproveitando a situação, Cecil Rhodes procura por todos os meios ao seu alcance dificultar as negociações e impossibilitar o acordo entre Portugal e a Grã-Bretanha. Movimentações militares no terri-

<sup>52</sup> *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Outubro de 1890, p. 1897.

<sup>53</sup> *Ibid.*, id., p. 1899.

<sup>54</sup> Cf. *Negócios Externos*, 1891 — *Negócios de África*, IV, p. 22, ou *Diário do Governo*, n.º 265, de 20 de Novembro de 1890.

A imprensa publicou e discutiu desde logo as bases do *Modus Vivendi*. Cf. *O Primeiro de Janeiro* de 15 de Novembro de 1890, p. 1, e *O Século* de 15 e 19 de Novembro de 1890, p. 1.

<sup>55</sup> Vejam-se os pormenores da negociação em José de Almada, *op. cit.*, pp. 353-358 e 364 e segs.

<sup>56</sup> Sobre as pressões obstrucionistas de Cecil Rhodes e a atitude de Salisbury vejam-se as considerações de Luís de Soveral, ministro português em Londres, citado por Marcello Caetano em *op. cit.*, p. 145, nota 171.

tório africano e pressões sobre o Governo de Londres levam Salisbury a anuir aos interesses da Chartered e a reclamar junto dos negociadores portugueses o território em causa.

Preocupada em concluir rapidamente o Tratado, a diplomacia portuguesa acaba por ceder, em troca duma zona um pouco mais vasta, mas bem menos valiosa.

A conjuntura política interna era calma e, embora mais gravoso que o Tratado de 20 de Agosto de 1890, este, paradoxalmente, é recebido com tranquilidade. Assinado a 11 de Junho e discutido no Parlamento, é ratificado logo a 27 de Junho de 1891<sup>57</sup>.

Sem entrar no ano de 1891, que esta referência à questão diplomática impunha, note-se que, no declinar do ano de 1890, pós-assinatura do *Modus Vivendi*, o Partido Republicano saía dos acontecimentos com uma imagem incontestavelmente favorável e de prestígio nacional.

Os partidos monárquicos não estão à altura dos imperativos do Estado que lhe competem e sucedem-se no poder, fazendo e desfazendo governos. Acusando a prática governativa contrária, desprestigiam-se mutuamente e com eles a própria Coroa.

O Partido Republicano, longe dos negócios de Estado e das responsabilidades da governação, aproveita esta conjuntura e explora o desgaste político dos partidos rotativos, jogando decisivamente na sociedade civil. Segundo determinada estratégia de propaganda, anima e aproveita politicamente o movimento patriótico que se desenvolvera, logrando aparecer aos olhos da opinião pública como o grande, se não mesmo o único, defensor do interesse pátrio.

O objectivo político é inegavelmente conseguido. Contudo, para determinar a estratégia de propaganda, importa abordar o movimento de opinião pública.

### 3.2 O ULTIMATUM E A OPINIÃO PÚBLICA

Foi, sem dúvida, ao nível da opinião pública, através duma estratégia política de aproveitamento partidário, que o Ultimatum ganhou a dimensão trágica de derrota nacional.

Ao longo do ano de 1890, em sintonia com o desenrolar do processo político e de acordo com o movimento de fluxo e refluxo das movimentações político-sociais, podem determinar-se três períodos distintos no movimento de opinião pública: o primeiro, de reacção ao Ultimatum; o segundo, de refluxo do movimento; o terceiro, de reacção ao Tratado, para uma vez mais voltar a refluir.

#### *A reacção ao Ultimatum*

Desde Dezembro de 1889 que a opinião pública portuguesa vinha sendo desperta para o conflito latente entre Portugal e a Inglaterra, através de pequenas informações noticiosas provenientes das capitais europeias e veiculadas pelas agências internacionais. Notícias sobre as evoluções militares de Serpa Pinto e a animosidade britânica contra as operações portuguesas no teatro africano.

<sup>57</sup> Veja-se o texto do Tratado que foi publicado no *Diário do Governo*, n.º 147, de 7 de Julho de 1891. Pode ser encontrado em José de Almada, *op. cit.*, pp. 289-400.

A estas pequenas notícias de carácter puramente informativo vêm juntar-se, nos primeiros dias do ano, alguns artigos de opinião, com relevo para a imprensa republicana<sup>58</sup>.

No dia 12, como sempre, Lisboa acorda pacata para o seu quotidiano. Quando, porém, surgem os jornais e, com eles, a notícia do Ultimatum e da resolução do Conselho de Estado, a situação muda e os acontecimentos precipitam-se. Toda a imprensa se ocupa do acontecido. *O Século*, alarmante, fazia publicar em grande título: «Lisboa será bombardeada.»

Aagitada pela imprensa, a excitação popular cresce durante todo o dia e à noite a baixa lisboeta está invulgarmente povoada. Comenta-se apaixonadamente o acontecido<sup>59</sup>. É sob este clima que, a dado passo, começa, a partir do Café Martinho da Arcada, uma violenta onda de protesto. A multidão começa a juntar-se na Rua Augusta e, ao chegar ao Rossio, atinge já entre 1500 e 5000 pessoas, segundo as opiniões díspares da imprensa da época<sup>60</sup>.

Surgem os primeiros protestos — «Abaixo os piratas»... «Abaixo os Braganças», e, neste clima de efervescência patriótica, os manifestantes dirigem-se ao consulado britânico. O edifício é apedrejado e o escudo inglês violentamente arrancado. A casa do ainda ministro Barros Gomes é também apedrejada. Pelo contrário, a redacção de *O Século*, *Os Debates* e outros jornais e a sede de instituições republicanas são alvo de manifestações de simpatia e saudados por «Viva a Pátria» e «Morte aos Ingleses».

Também a Sociedade de Geografia foi palco de manifestações patrióticas. Luciano Cordeiro discursa de uma das varandas, enquanto a multidão brada contra a Inglaterra e os Braganças.

No Teatro Nacional de São Carlos, frequentado por «súbitos fiéis», dizia a imprensa antimonárquica, o povo invade o edifício e coloca a bandeira nacional a meia haste, gritando, perante a surpresa e o receio dos *habitués*: «Hoje não é dia de espectáculo, é dia de luto.»<sup>61</sup>

Era 1 hora da madrugada, ainda as manifestações soavam pela cidade, apesar da intervenção policial.

Os jornais de Lisboa, logo no dia 13, e da província, nos dias imediatos, noticiam detalhadamente os acontecimentos, não deixando de revelar que mais de cinquenta pessoas tinham sido presas, entre as quais Alberto de Oliveira, Gualdino Gomes e outros iniciadores do movimento<sup>62</sup>.

Os republicanos atacam de imediato: «O Governo traiu a Nação, agora manda prender os patriotas», dizia *O Século*, e, explorando a conjuntura, anunciava dias depois que só a «República» encarnava o patriotismo e traria a solução ao País<sup>63</sup>.

Desperta a opinião pública pela imprensa, incitando o movimento pelos republicanos, o patriotismo inflamado e o ódio ao Inglês propagam-se, primeiro a toda a Lisboa e depois, com o atraso com que as notícias

<sup>58</sup> Vejam-se a este respeito os artigos de Rodrigues de Freitas em *O Século* de 7 e 8 de Janeiro de 1890.

<sup>59</sup> Sobre os acontecimentos veja-se *O Século* de 12 e 13 de Janeiro de 1890, p. 2, e também *O Conimbricense* de 14 de Janeiro de 1890, p. 2, e *O Dão* de 19 de Janeiro de 1890, p. 3.

<sup>60</sup> *O Conimbricense* de 14 de Janeiro de 1890, p. 3, e *O Dão* de 19 de Janeiro de 1890, p. 3.

<sup>61</sup> *O Século* de 13 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>62</sup> *O Conimbricense* de 14 de Janeiro de 1890, p. 3.

<sup>63</sup> *O Século* de 13 de Janeiro de 1890, p. 2, e em particular «O Directório do Partido Republicano Português à nação», in *O Século* de 17 de Janeiro de 1890, p. 1.

chegam à imprensa de província, a todo o País<sup>64</sup>. De norte a sul, do litoral ao interior, da grande cidade à mais pequena aldeia, todas as forças vivas da sociedade portuguesa, congregadas em torno do sentimento nacional ofendido, se lançam num grande movimento nacional e patriótico que chega a todo o Portugal.

Foram múltiplas e diversas as organizações que contribuíram para o grande movimento patriótico pelos mais diversos sectores da vida portuguesa — as instituições económicas, as autoridades civis, militares e religiosas, a imprensa, a academia, colectividades recreativas, sociedades culturais, isto para não falar nas organizações cívicas criadas *ad hoc*.

No sector das actividades económicas, o papel de maior relevo coube sem dúvida ao comércio.

Com excepção da Associação Comercial do Porto, cidade onde o comércio inglês tem um peso importantíssimo<sup>65</sup>, todas as associações comerciais portuguesas, com particular relevo para a de Lisboa, tomam uma posição firme. Restringem quanto possível as relações comerciais com Inglaterra e apelam para a Grande Subscrição Nacional<sup>66</sup>.

Idêntica posição é tomada pelas associações de lojistas e grémios de empregados de comércio e indústria<sup>67</sup>.

Um sem-número de casas comerciais cortam relações com a Inglaterra. Estudam-se medidas alternativas para o comércio português e declara-se «Guerra comercial à Inglaterra»<sup>68</sup>. Não raros são os estabelecimentos comerciais que ostentam o letrero: «Não se compra nem se vende a ingleses.»<sup>69</sup>

Mas não só o sector comercial se agitou. Também a indústria. A Associação Industrial Portuguesa protesta contra «a afronta feita pelo Governo Britânico à nação portuguesa e convida todos os seus associados industriais e operários a concorrer para a Grande Subscrição Nacional<sup>70</sup>. Uma comissão eleita encarrega-se de estudar as medidas a tomar em relação à Inglaterra.

No sector agrícola, o movimento fez também sentir-se e a direcção da Liga Agrícola de Beja decide «não comprar mais à Inglaterra instrumental e produtos agrícolas»<sup>71</sup>.

Foram inúmeras, e as mais diversas, as associações profissionais que contra o Ultimatum tomaram posição, protestando, contribuindo para a subscrição nacional e assumindo inclusivamente uma atitude própria: dos professores aos caixeiros-viajantes, dos carteiros aos vendedores dos jornais. Os alfaiates «suprimem, de acordo com os seus clientes, os figurinos ingleses»<sup>72</sup>; os catraeiros «decidem não levar nem trazer carga dos navios ingleses»<sup>73</sup>; os industriais de hotelaria resolvem «não dar hospedagem a

<sup>64</sup> Testemunham-no a imprensa de província e as secções da imprensa de Lisboa. Cf. especialmente n' *O Século* a rubrica diária «Nas províncias».

<sup>65</sup> Cf. *O Século* de 25 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>66</sup> *O Correio Elvense* de 23 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>67</sup> *O Conimbricense* de 25 de Janeiro de 1890, p. 2, e de 1 de Fevereiro de 1890, p. 2, e também *O Século* de 30 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>68</sup> Toda a imprensa, particularmente *O Século* de 17 de Janeiro de 1890, p. 1, e o *O Primeiro de Janeiro* de 21 de Janeiro de 1890, p. 1.

<sup>69</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 22 de Janeiro de 1890, p. 1.

<sup>70</sup> *O Conimbricense* de 1 de Fevereiro de 1890, p. 2, e *O Dão* de 9 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>71</sup> *A Revolução de Setembro* de 19 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>72</sup> *Ibid.*, de 18 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>73</sup> *Ibid.*

ingleses»<sup>74</sup>; a Carris corta as relações com Inglaterra<sup>75</sup>; artistas de teatro, músicos e casas de espectáculo contribuem para a subscrição nacional, dando o produto de alguns dos seus espectáculos<sup>76</sup>, e até mesmo a companhia de circo do Coliseu dos Recreios «resolve não escripturar mais nenhum artista inglês»<sup>77</sup>.

Também as classes operárias foram parte integrante do grande movimento político. Em Lisboa e Porto, os dois maiores centros industriais do País, a posição operária faz sentir-se quer em manifestações de rua, quer em protesto das suas «organizações de classe». Reunido no Porto em 18 de Janeiro, o Congresso das Associações Operárias condenava o procedimento do Governo Inglês, fazendo votos pela união internacional dos trabalhadores e pela aliança dos miseráveis do mundo<sup>78</sup>.

Por todo o País, instituições e autoridades locais participam, engrandecendo o movimento nacional. Inúmeras são as autoridades municipais que promovem manifestações patrióticas e abrem subscrições<sup>79</sup>. Não raras são aquelas que, em sinal de protesto contra a Inglaterra e de louvor pela Pátria, dão a algumas das principais artérias das cidades o nome dos africanistas portugueses. Aconteceu assim em Lisboa com as Ruas do Outeiro, do Tesouro Velho e do Ferragial de Cima, que passaram a chamar-se, e ainda hoje se chamam, Paiva de Andrade, Vítor Cordon e António Maria Cardoso. Também Évora deu à principal rua da cidade (Rua de Alconchel) o nome que ainda hoje tem: Rua de Serpa Pinto. O mesmo sucedeu no Barreiro, em Lagoa e por todo o País<sup>80</sup>.

Tal como os civis, também as instituições e as autoridades militares fazem sentir o seu protesto. Diversas unidades militares do Exército e da Marinha Portuguesa manifestam-se contra o Ultimatum e abrem subscrições próprias, e oficiais, sargentos e praças oferecem um mês do seu pré para a Grande Subscrição Nacional.

Também os corpos militarizados, como as corporações de polícia, assumem idêntica atitude<sup>81</sup>.

Também a hierarquia eclesiástica e algumas organizações da igreja católica não deixam de fazer sentir a sua posição. O bispo do Algarve, a que se juntam outros prelados do Reino, faz publicar uma pastoral exortando «O clero e os fiéis a concorrer com o seu óbulo para a Grande Subscrição Nacional»<sup>82</sup>. Mas não só o alto clero. Também os párcos<sup>83</sup> e

<sup>74</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 21 de Janeiro de 1890, p. 2, e *A Revolução de Setembro* de 24 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>75</sup> *A Revolução de Setembro* de 18 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>76</sup> Toda a imprensa; cf. *O Século*, *O Primeiro de Janeiro* e *O Correio Elvense*.

<sup>77</sup> *A Revolução de Setembro* de 17 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>78</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 21 de Janeiro de 1890, p. 2, e P. Cuesta, *A Espanha ante o Ultimatum*, Lisboa, s. d. (1975), p. 67.

<sup>79</sup> Vejam-se os jornais de província e especialmente a rubrica «Nas províncias», in *O Século*, durante o período.

<sup>80</sup> Toda a imprensa o noticia abundantemente: *O Conimbricense* de 12, 18 e 28 de Janeiro de 1890, *A Revolução de Setembro* de 26 de Janeiro de 1890, *O Primeiro de Janeiro* de 18 e 21 de Janeiro de 1890, *O Correio Elvense* de 2 de Fevereiro de 1890, *O Dão* de 9 de Fevereiro de 1890 e *O Correio do Alentejo* de 23 de Janeiro de 1890.

<sup>81</sup> Toda a imprensa, especialmente *O Conimbricense* de 25 de Janeiro de 1890, *O Correio Elvense* de 23 de Janeiro de 1890, *O Dão* de 19 de Janeiro de 1890, *O Primeiro de Janeiro* de 21 de Janeiro de 1890 e *A Revolução de Setembro* de 21 de Janeiro de 1890.

<sup>82</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 28 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>83</sup> *A Revolução de Setembro* de 24 de Janeiro de 1890, p. 2, e *O Primeiro de Janeiro* de 22 de Janeiro de 1890, p. 2.

organizações como a Associação Católica<sup>84</sup> manifestam o seu repúdio pela atitude britânica.

A academia, e em particular a sua componente estudantil, foi um dos sectores que mais alto fizeram ouvir a sua voz e sentir o seu protesto. Expressou-se em comícios, manifestações, tomadas de posição pública dos seus órgãos e exortações a outros sectores da vida portuguesa, até à agitação de rua. Acontece assim nas três academias portuguesas: Lisboa, Porto e Coimbra<sup>85</sup>. Ao protesto das três Associações Académicas, e solicitado por elas, vem juntar-se o da mocidade dos liceus de todo o País<sup>86</sup>.

Também a imprensa desempenhou papel de relevo. Não só pela informação e cobertura noticiosa dos acontecimentos, mas também pelo foco que foi, agitador da opinião pública e instigador dos movimentos sociais. Mas não fica por aqui a acção da imprensa. Nas redacções dos jornais abrem-se subscrições e muitos tomam uma posição activa contra a Inglaterra. Não só «não publicando anúncios das casas e mercadorias inglesas»<sup>87</sup>, mas também passando alguns a publicar diariamente «a nota de todas as importações inglesas e os nomes dos importadores para que o público fique a saber onde não deve comprar»<sup>88</sup>. O «Abaixo a marca inglesa» torna-se quotidiano.

Sem conto são as colectividades de recreio e desporto que por todo o País concorrem para manifestações patrióticas. Tomadas de posição pública, subscrições e animação de movimentos populares pautam a sua actividade: do Ateneu Comercial do Porto ao Gymnásio Português, dos Alunos de Apolo ao Clube Português e às colectividades locais por toda a província. Até mesmo o Jardim Zoológico ofereceu o produto dum dia das suas entradas para a subscrição nacional<sup>89</sup>.

De entre as múltiplas associações culturais e científicas destaca-se, pelo seu prestígio em matéria colonial, a Sociedade de Geografia de Lisboa. Instituição fundada expressamente para o estudo colonial e por onde passava a política ultramarina portuguesa, lavra violento protesto, que envia à imprensa internacional e às suas congéneres europeias.

Contra a atitude inglesa afirma o seu comunicado: «[...] o mais solene e formal protesto, perante a Ciência, perante a consciência universal, perante a solidariedade da civilização moderna.»<sup>90</sup>

No auge do clima patriótico são fundadas algumas associações cívicas com a única e exclusiva função de contribuírem, de uma forma ou de outra, para o grande movimento nacional. Foi primeiro a Grande Subscrição Nacional. Presidida pelo conde de Pomares, instala-se na fachada lateral do Teatro de D. Maria II, sob um enorme Mapa Cor-de-Rosa. Independente dos poderes públicos, dirige-se «a todos, do capitalista ao

<sup>84</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 1 de Fevereiro de 1890, p. 1.

<sup>85</sup> Amplamente noticiado. Veja-se *O Século* de 15, 17, 18 e 21 de Janeiro de 1890, p. 2, e *O Primeiro de Janeiro* de 18 de Janeiro, p. 1.

<sup>86</sup> *O Século* de 17 de Janeiro de 1890, p. 2, e o *Correio do Alentejo* de 18 de Janeiro, p. 2.

<sup>87</sup> *O Conimbricense* de 21 de Janeiro de 1890, p. 3.

<sup>88</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 22 de Janeiro de 1890, p. 1.

<sup>89</sup> Toda a imprensa; cf. especialmente *O Século* de 18 e 19 de Janeiro de 1890, *O Primeiro de Janeiro* de 17, 18 e 28 de Janeiro de 1890, *A Revolução de Setembro* de 24 e 29 de Janeiro de 1890 e *O Correio Elvense* de 26 de Janeiro de 1890.

<sup>90</sup> *O Conimbricense* de 21 de Janeiro de 1890, p. 2.

mendigo», e destina-se à compra dum couraçado para «a defesa da Pátria»<sup>91</sup>.

Foi depois a Liga Patriótica do Norte, presidida por uma das figuras mais veneradas da cultura portuguesa, Antero de Quental, e que contava entre os seus membros Basílio Teles e Sampaio Bruno.

Mais tarde, a Liga Liberal, presidida por Augusto Fuschini, porém sem o mesmo relevo.

Posições discordantes e negativas perante o movimento patriótico exacerbado, houve-as certamente. Porém, neste clima de exaltação, ódio e desagravo em relação ao Inglês não se ousa uma palavra de apoio à posição britânica. A sua manifestação é, na conjuntura, o silêncio. Silêncio notado foi o do Grémio Literário, que, pelo prestígio de que desfruta no panorama da vida cultural portuguesa, é condenado pela opinião pública pelo facto de «não ter riscado os seus sócios ingleses»<sup>92</sup>.

Foram sem conto as personalidades públicas dos mais diversos sectores da vida portuguesa — empresários e financeiros, intelectuais e militares e o próprio rei — que individualmente, pelo seu prestígio e através de tomadas de posição, engrandeceram o clima patriótico que então se vivia.

O rei D. Carlos — a mais alta figura do País — «resignou à comenda da Ordem inglesa do Banho, que lhe fora conferida quando era príncipe real e declarou à rainha Vitória que rejeitava a Ordem da Jarreteira, que lhe fora conferida e em que havia de ser investido»<sup>93</sup>. Isto afirma a imprensa monárquica. Não é essa, porém, a opinião da imprensa republicana, sempre pronta a manchar a figura do rei, acusando-o de «aliado natural de Inglaterra» e «cúmplice do ultraje». *O Século* afirma que tal notícia não é verdadeira e que D. Carlos «apenas teria feito notar a inoportunidade de ser na presente conjuntura investido na Ordem da Jarreteira»<sup>94</sup>.

Fosse como fosse, outras personalidades tomam idêntica atitude. O duque de Palmela, chefe histórico do liberalismo português, recusa as condecorações britânicas que possuía desde a Guerra da Crimeia e decide ceder um ano de rendimento da sua Casa para a Grande Subscrição Nacional, no que é acompanhado pelo conde de Porto Covo e duque do Cadaval<sup>95</sup>.

Também o marquês de Pomares, futuro presidente da Subscrição Nacional e que tinha os seus prédios seguros numa companhia inglesa, muda os seus seguros para companhias portuguesas. O mesmo sucedendo com o marquês de Rio Maior<sup>96</sup>. O conde Burnay, eminente financeiro, que tinha dois filhos a estudar em Londres, manda-os regressar de imediato a Portugal.

Um sem-número são os intelectuais portugueses — historiadores, jornalistas, poetas, romancistas, artistas — que, pelas suas tomadas de posição pública, pela sua contribuição para a Grande Subscrição, pelo seu empe-

---

<sup>91</sup> *A Revolução de Setembro* de 24 de Janeiro de 1890, p. 2, e de 26 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>92</sup> *O Século* de 21 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>93</sup> *O Conimbricense* de 18 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>94</sup> *O Século* de 18 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>95</sup> *O Correio Elvense* de 19 de Janeiro de 1890, p. 2, e *O Dão* de 19 de Janeiro de 1890, p. 3.

<sup>96</sup> *O Século* de 19 de Janeiro de 1890, p. 2.

no em associações cívicas e, sobretudo, pela sua pena, engrandecem de uma forma ou de outra o movimento nacional de patriotismo e desagravo<sup>97</sup>.

Não é porém ao nível individual das personalidades públicas, mas, pelo contrário, ao nível colectivo das massas anónimas, que o movimento patriótico assume a sua maior dimensão.

Nas ruas, nos edifícios públicos, nos cafés, nas salas de espectáculo, as manifestações patrióticas rebentam amiúde e, com elas, os «Morra a Inglaterra» e os «Abaixo os piratas».

Mas não fica por aqui o movimento antibritânico. Todos os criados e empregados ingleses em casas portuguesas são despedidos, assim como quase todos os quadros portugueses ao serviço de empresas britânicas pedem a sua demissão<sup>98</sup>.

Os estabelecimentos comerciais que ostentavam nomes ingleses apressam-se a retirar os letreiros e a mudá-los por outros em português. Os que restam são sistematicamente arrancados<sup>99</sup>.

Também a imprensa portuguesa que tinha título em inglês o muda, como a revista *High-Life* e o jornal *O Reporter*, que passaram a chamar-se *Alta Sociedade* e *O Português*, bem como cafés, colégios e outros estabelecimentos<sup>100</sup>.

E até mesmo alguns nomes de ruas que aos Ingleses ou à Inglaterra fazem referência são arrancados ou cobertos por outros. Em Lisboa, por exemplo, o povo muda o letreiro da Travessa dos Inglesinhos para Travessa dos Ladrões e da Travessa do Enviado de Inglaterra para Travessa do Diabo que o Carregue<sup>101</sup>.

Inúmeros depositários de bancos ingleses com filial em Portugal decidem levantar os seus depósitos, o que logo uma semana após o Ultimatum atingia o montante de 3000 contos<sup>102</sup>. O mesmo sucede com as companhias de seguros inglesas, que vêm as suas apólices anuladas e transferidas para companhias portuguesas<sup>103</sup>.

O próprio domínio da linguagem não escapa ao clima patriótico que agita a consciência nacional. Suprimem-se vocábulos ingleses do léxico quotidiano português — *club*, por exemplo. Como também, muitas vezes com mordaz ironia, se mudam palavras, com referência à Inglaterra e aos Ingleses, noutras foneticamente similares em português, mas de sentido profundamente negativo — uma «libra», por exemplo, era uma «ladra», um *beef*, um «patife»<sup>104</sup>. Chegam mesmo a criar-se alguns neologismos a partir do radical «inglês» com uma conotação fortemente pejorativa — inglesada, inglesar ou pura e simplesmente inglês, querendo qualificar, não a nacionalidade do indivíduo, mas o seu carácter moral. Não raras são as

---

<sup>97</sup> *O Século* de 17 e 19 de Janeiro de 1890 e *O Primeiro de Janeiro* de 18, 19 e 28 de Janeiro de 1890, e ainda P. Cuesta, *op. cit.*, pp. 84 e segs., e L. Montalvor, *op. cit.*, vol. 1, pp. 326 e segs.

<sup>98</sup> *O Dão* de 19 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>99</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 19 e 22 de Janeiro de 1890, p. 1.

<sup>100</sup> *O Século* de 20 e 21 de Janeiro de 1890, p. 2, e *A Revolução de Setembro* de 19 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>101</sup> *O Conimbricense* de 8 de Fevereiro de 1890, p. 2.

<sup>102</sup> *A Revolução de Setembro* de 15 e 17 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>103</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 19 de Janeiro de 1890, p. 1, e *A Revolução de Setembro* de 18 de Janeiro de 1890, p. 1.

<sup>104</sup> *Ibid.*, de 18 de Janeiro de 1890, p. 1.

vezes que a imprensa noticia «Uma inglesada» (um roubo), a «Prisão dum inglês» (prisão dum ladrão) ou «Preso por inglesar».<sup>105</sup>

O próprio ensino da língua inglesa é posto em causa e encarada a hipótese de o abolir nas escolas portuguesas. A tanto não cede o Governo, mas o certo é que, nesse ano, os alunos foram dispensados do exame de Língua Inglesa por decreto publicado na *Folha Oficial*<sup>106</sup>.

Porém, vai mais longe o ódio ao Inglês e conta a imprensa da época que diariamente cidadãos ingleses corriam em vão a baixa lisboeta à procura dum barbeiro que lhes fizesse a barba ou dum jornaleiro que lhes vendesse um jornal. Ouviam muito frequentemente: «A você, seu maroto, seu inglês, nem por cem mil réis lho vendia.»<sup>107</sup>

No auge do clima patriótico explodem as manifestações de intelectuais e artistas para o grande movimento nacional.

São inúmeras as conferências, palestras e brochuras históricas e ensaísticas que então vêm à luz<sup>108</sup>.

Também ao nível literário, da poesia à sátira, os escritores da época acompanham o movimento. Mas não são apenas os grandes, como Guerra Junqueiro — com *Finis Patriae*<sup>109</sup> —, ou Bulhão Pato — com *Pavilhão Vermelho*<sup>110</sup>. Um surto de poesia popular, muitas vezes anónima, publicada nas colunas dos jornais, ou pura e simplesmente distribuída pelas ruas em panfletos, invade o País, assumindo a defesa patriótica e o ódio ao Inglês<sup>111</sup>.

Também o teatro não deixou de participar, engrandecendo o movimento nacional. Campos Júnior leva à cena, no Teatro da Alegria, *A Torpeza*. Episódio dramático alusivo ao acontecimento, constitui grande êxito na altura, voltando à cena segunda vez.

Meses mais tarde, a 6 de Março, numa récita no Teatro Avenida em favor da Grande Subscrição Nacional, ouve-se pela primeira vez um hino patriótico cuja música, da autoria de Alfredo Keil, recebe uma letra não menos patriótica de Lopes de Mendonça — *A Portuguesa*. (Letra que aliás só pode compreender-se em relação à conjuntura política em que nasce.)

No domínio das artes plásticas, presença marcante é a de Rafael Bordalo Pinheiro. Com a maestria plástica e a ironia política que o caracterizam, acompanha e engrandece o movimento. Ao longo dos acontecimentos, em *Os Pontos nos ii*<sup>112</sup>, o Ultimatum foi o tema central da sua caricatura política.

Desperto pela imprensa, incitado pelos republicanos, o movimento patriótico cresce, estende-se a todo o País e a todos os sectores da sociedade portuguesa, ganhando dimensão nacional e uma dinâmica popular, por vezes espontânea, que ultrapassa de largo aqueles que o haviam ini-

---

<sup>105</sup> *A Revolução de Setembro* de 26 de Janeiro de 1890, p. 2, e *O Dão* de 16 de Março de 1890, p. 2.

<sup>106</sup> *O Globo* de 9 de Fevereiro de 1890, p. 3.

<sup>107</sup> *O Primeiro de Janeiro* de 21 de Janeiro de 1890, p. 1, e *O Século* de 20 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>108</sup> Uma listagem das brochuras então publicadas, alusivas ao Ultimatum, pode encontrar-se em Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. 1, p. 161.

<sup>109</sup> Guerra Junqueiro, *Finis Patriae*, Lisboa, 7.<sup>a</sup> ed., 1967.

<sup>110</sup> Bulhão Pato, *O Pavilhão Vermelho*, Lisboa, 1890.

<sup>111</sup> Veja-se, a título de exemplo, José Alberto Vasconcelos em *O Século* de 21 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>112</sup> Vejam-se *Os Pontos nos ii*, ano VI, 1890.

ciado. De tal forma que o Partido Republicano perde momentaneamente o controlo do movimento. O próprio Basílio Teles lamenta o facto: «Republicano algum aparece a canalizar para o seu partido a força que golfava com ímpeto de todos os recantos de Lisboa.»<sup>113</sup>

Porém, será efêmera esta situação. A breve trecho, à medida que a «inflação» patriótica e a violência do movimento vão perdendo intensidade, os republicanos retomam o que parecia terem perdido.

Dia 11 de Fevereiro, um mês após a «vergonhosa afronta» e aniversário da proclamação da República Espanhola, certas forças republicanas, encabeçadas pelo Club Henriques Nogueira, aproveitam para lançar o seu golpe, que se constituía de duas acções: uma manifestação patriótica, que deveria culminar num grande comício no Coliseu dos Recreios, e a deposição dum coroa na estátua de Camões, em sinal de luto.

Corre o boato duma insurreição revolucionária, que é agravado pela publicação nos jornais *A Pátria* e *Os Debates* do programa republicano.

O Governo procura de imediato contrariar o intento dos republicanos e, receoso de que as manifestações anti-inglesas possam prejudicar as negociações diplomáticas em curso, apressa-se a proibir as manifestações.

Na manhã do dia 11 acumula-se grande multidão no local previsto e, quando alguns oradores procuram dirigir-se aos presentes, são impedidos pela força policial e imediatamente presos. Entre estes Manuel de Arriaga e Jacinto Nunes. Estas prisões têm um efeito de terror sobre a manifestação, que acaba por dispersar, gorando-se assim a primeira iniciativa do Club Henriques Nogueira.

A segunda não teria melhor desfecho. Quando no Largo do Chiado se esperava pelos republicanos para a deposição da coroa na estátua de Camões, em vez destes vem um esquadrão de lanceiros, que, num «charivari verdadeiramente infernal de apitos», dispersa a multidão<sup>114</sup>. Gorava-se também a segunda acção republicana, que, por isso mesmo, ficou conhecida como «a Campanha dos Apitos».

Entretanto, no Martinho da Arcada, Fialho de Almeida imagina e executa uma chalaça: coloca uma coroa de «alhos porros» na estátua equestre de D. José, da qual pendiam duas fitas: uma, que dizia: «11-2-1890; Manifestação autorizada pelo Governo»; a outra, «Homenagem do Povo Português à dinastia dum rei que, na hora do Luto Público, lhe proibiu de ir abraçar-se à estátua do seu poeta.»<sup>115</sup>

À porta do Café Martinho, enormes fotografias ostentam o Ministério do Ultimatum, sob as quais se lê a legenda: «Retrato dos Traidores vendidos à Inglaterra», e citam-se amiúde aqueles versos dos Lusíadas: «Dizei-lhes que também dos Portugueses/Alguns traidores houve algumas vezes»...

Sem hesitação, os republicanos aproveitam para recolher os dividendos políticos que a conjuntura lhes oferece. *A Pátria*, recém-criado órgão da Associação Académica de Lisboa, dirigido por Higinio de Sousa, diz: «Está abolido o direito de reunião.» E o *O Século*, sob o título «Infâmia», aludindo aos decretos monárquicos, fala claramente em «ditadura»<sup>116</sup>.

<sup>113</sup> Basílio Teles, *op. cit.*, p. 99.

<sup>114</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 116.

<sup>115</sup> Pode encontrar-se uma descrição pormenorizada em *A Pátria* de 12 de Fevereiro de 1890, p. 1.

<sup>116</sup> *O Século* de 12 de Fevereiro de 1890, p. 1.

Não se enganava *O Século* a este respeito e as medidas ditatoriais não se farão esperar. Os republicanos, contudo, não afrouxam e continuam o combate.

### *O refluxo do movimento*

A campanha de 11 de Fevereiro recolhe parcos resultados. Para além do grande impacte na opinião pública, salda-se apenas por duzentos presos e pelas duas primeiras medidas repressivas do Governo: a dissolução da Associação Académica de Lisboa, foco permanente de agitação política; e a tentativa de transferência de fundos da Subscrição Nacional para os cofres do Estado, a título de empréstimo público.

Conseguida a primeira, a segunda falha redondamente perante a oposição firme da Comissão, primeiro manifestada em particular ao Governo, depois tornada pública em manifesto de 24 de Fevereiro.

Contudo, permanecem ainda alguns focos dissonantes: a imprensa revolucionária, os clubes republicanos e a Câmara de Lisboa, que desde o primeiro momento manifestara sempre, e de forma clara, uma posição independente perante as directivas do ministério.

Tomadas em Fevereiro, estas primeiras medidas repressivas são reforçadas pelos decretos ditatoriais de 11 de Março — dissolução da Câmara de Lisboa<sup>117</sup> — e 7 de Abril, a célebre Lei das Rolhas<sup>118</sup>.

É proibida a imprensa revolucionária. São interditos os espectáculos de cariz patriótico. Deixa de poder ouvir-se *A Portuguesa*. São dissolvidos os centros republicanos.

Assim, proibidas as manifestações públicas, fechados os clubes republicanos e silenciada a imprensa revolucionária, o movimento patriótico entra num período de refluxo crescente até ao quase desaparecimento.

Instaurada a Ditadura e, com ela, a impossibilidade de uma «colaboração patriótica», a acção republicana passa a desenvolver-se num duplo cenário: em silêncio, começa a maturar a hipótese revolucionária; publicamente, joga de forma decisiva no movimento de opinião.

Contudo, perdida a câmara de eco do movimento de massas, a estratégia de propaganda torna-se progressivamente mais clara. Orienta-se então para dois objectivos fundamentais: o desprestígio dos partidos monárquicos e o isolamento do rei.

O primeiro oferece-o a própria conjuntura política. Bastava aos republicanos explorá-la. De facto, o desgaste do poder e as acusações mútuas entre os partidos monárquicos conduzem-nos a um inevitável descrédito. O desprestígio político cresce com a sua própria actuação.

Assim, o combate republicano dirige-se, a partir de então, fundamentalmente para o segundo objectivo — denegrir a figura real, esboçando-lhe uma imagem inútil e parasita. Com efeito, o rei será daí em diante a grande vítima da propaganda e o movimento anti-inglês ganha uma coloração manifestamente antimonárquica.

Desde o 11 de Fevereiro que esta tendência se expressa abertamente. Logo no rescaldo da Campanha dos Apitos, os *Pontos nos ii* publicam,

---

<sup>117</sup> Veja-se o decreto de dissolução da Câmara em *Diário do Governo*, n.º 56, de 11 de Março de 1890.

<sup>118</sup> Vejam-se os decretos que ficaram conhecidos como Lei das Rolhas in *Diário do Governo*, n.º 76, de 7 de Abril de 1890.

ilustrado por Bordalo Pinheiro, um conjunto de quadras ao gosto popular que ridicularizam sem rodeios a figura régia, a «Xácara do Rei Cai-pora»<sup>119</sup>.

Guerra Junqueiro, que antes anatematizara a «Cínica Inglaterra», essa «bêbeda impudente», publica agora — primeiros dias de Abril — *Finis Patriae*<sup>120</sup>, pleno de citações deslustrantes à dinastia de Bragança e em particular «O caçador Simão», sátira feroz ao rei, numa alusão clara a D. Carlos.

Porém, o auge deste clima antimonárquico atinge-se com a publicação de *O Ultimatum* — órgão da Associação Académica de Coimbra.

Saído do prelo a 23 de Março, inclui um artigo violentíssimo que insulta pessoalmente o rei D. Carlos. Significativamente intitulado «Bragança, o último», dizia: «[...] há nesta engrenagem que regula o País uma entidade sem responsabilidade que é o rei; sendo irresponsável, ninguém tem direito a pedir-lhe contas dos seus actos [...] Não se encontra em ponto algum do País um único homem, seja católico ou protestante, monárquico ou republicano, padre ou secular, faça parte da nobreza ou pertença à plebe, que perante a lei não seja responsável. Donde se conclui que el-rei D. Carlos de Bragança não é um homem!... Por outro lado, irresponsável é o boi... irresponsável é o gato... e assim para todos os representantes da escala zoológica colocados inferiormente ao homem. Donde se conclui que el-rei de Bragança é um animal!... Mas que espécie de animal é ele que pela conformação anatómica se parece com o homem e pelos instintos é pior que o Inglês [...]»<sup>121</sup>.

Assinava o artigo o quintanista de Medicina António José de Almeida. No mesmo jornal, um outro artigo era assinado por Afonso Costa. Foram ambos levados a tribunal. O segundo, defendido por Manuel de Arriaga foi absolvido. O primeiro, defendido por Magalhães Lima, condenado a três meses de prisão.

A Lei das Rolhas vem travar o movimento republicano, que recua, como já recuara o movimento de massas. Nos meses seguintes, além dos magros protestos possíveis, a única manifestação digna de nota é a publicação do número único da revista *Anátema*<sup>122</sup>, saída em Coimbra nos finais de Maio. Organizada por dois estudantes da Universidade, visa manifestar o protesto contra «a potência mercantil e egoísta», reunindo a opinião «dos homens mais eminentes de Portugal, Espanha, França, Itália e Roménia, sem distinção de cores políticas»<sup>123</sup>. O tom geral da revista, embora patriótico, é moderado e em nada vem alterar o clima sereno da opinião pública.

### *A reacção ao Tratado*

Este clima é subitamente perturbado a 22 de Agosto, quando a imprensa portuguesa faz publicar, nas bases conhecidas, o Tratado concluído dias antes entre os Governos de Londres e Lisboa.

Começam de imediato a surgir os comentários na imprensa e os ataques dos mais diversos sectores. Progressistas e republicanos partem em cruzada

<sup>119</sup> *Os Pontos nos ii*, ano vi, 13 de Fevereiro de 1890, pp. 54 e segs.

<sup>120</sup> Guerra Junqueiro, *Finis Patriae*, Lisboa, 7.ª ed., 1967.

<sup>121</sup> *O Ultimatum*, folha académica, n.º 1, de 23 de Março de 1890, p. 1.

<sup>122</sup> *Anátema*, número único, 28 de Maio de 1890.

<sup>123</sup> *Op. cit.*, p. 46.

contra o Tratado, e mesmo alguns regeneradores não lhe poupam as críticas. Oliveira Martins é o primeiro<sup>124</sup>. Seguem-se-lhe António Enes<sup>125</sup> e, pela parte dos republicanos, Latino Coelho e Rodrigues de Freitas<sup>126</sup>, entre inúmeros publicistas.

Assinado em Londres a 20, o Tratado é publicado e conhecido na íntegra a 30 de Agosto<sup>127</sup>.

Inicia-se então uma violenta campanha contra o convénio que o Governo regenerador assinara e o rei, dizia-se, se propunha fazer aceitar.

Ferido de novo, o sentimento patriótico faz renascer o movimento de massas que antes se levantara contra o Ultimatum. Talvez sem a mesma amplitude, mas de igual intensidade, o movimento em crescendo atinge o auge na reabertura da sessão legislativa, marcada para 15 de Setembro.

Uma vez mais se levanta o protesto patriótico das «forças vivas da Nação».

Como em Janeiro, também agora o sector económico se mostra particularmente dinâmico, com relevo especial para o comércio. A Associação Comercial de Lisboa e as suas congéneres do Porto, Coimbra e outras cidades de província protestam contra o Tratado, enviam representações ao Parlamento e em alguns casos animam acções concretas nas diferentes cidades. As associações de lojistas, os grémios de empregados de comércio e indústria de várias localidades, o Ateneu Comercial de Lisboa, o Centro Comercial do Porto e outras associações profissionais tomam idêntica posição. A Associação Industrial Portuguesa e diversas associações operárias tomam igualmente posição e manifestam o seu protesto<sup>128</sup>.

Sem número, ao longo de todo o País, são as câmaras municipais, juntas de freguesia e outras autoridades civis que promovem manifestações populares e enviam às Cortes representações de protesto<sup>129</sup>.

Várias sociedades desportivas e de recreio fazem sentir o seu desacordo e dentre as instituições culturais destaca-se uma vez mais a posição da

---

<sup>124</sup> Veja-se o artigo de Oliveira Martins em *O Tempo* de 22 de Agosto de 1890.

<sup>125</sup> Veja-se A. Enes, *O Ultimatum Visto por António Enes*, Lisboa, 1946, pp. 345-395, especialmente pp. 380-385.

<sup>126</sup> Vejam-se os artigos de Latino Coelho e Rodrigues de Freitas em *O Século*, respectivamente, de 24 e 31 de Agosto de 1890, p. 1, e 27 de Agosto e 4 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>127</sup> O texto do Tratado foi publicado no *Diário do Governo*, n.º 196, de 30 de Agosto de 1890.

<sup>128</sup> Para seguir o movimento dos agentes económicos desde as associações comerciais e industriais, grémios de lojistas e empregados de comércio e indústria até às associações operárias e outras associações profissionais, vejam-se os seguintes jornais:

*O Século* de 8 de Setembro de 1890, p. 2; 9 de Setembro de 1890, p. 1; 10 de Setembro de 1890, p. 2; 11 de Setembro de 1890, pp. 2-3; 12 de Setembro de 1890, p. 2; 15 de Setembro de 1890, p. 2; e 20 de Setembro de 1890, p. 2.

*O Primeiro de Janeiro* de 4 de Setembro de 1890, p. 2; 7 de Setembro de 1890, p. 1; 9 de Setembro de 1890, p. 2; e 13 de Setembro de 1890, p. 2.

*O Conimbricense* de 9 de Setembro de 1890, pp. 1-2; 13 de Setembro de 1890, pp. 1-2; 16 de Setembro de 1890, pp. 1-2; e 20 de Setembro de 1890, p. 1.

*O Correio Elvense* de 7 de Setembro de 1890, p. 2.

<sup>129</sup> Para o movimento nas câmaras e outras autoridades civis e locais por todo o País vejam-se os jornais da época, em particular as rubricas «Contra o Tratado» e «Nas províncias» de *O Século* e *O Primeiro de Janeiro*. *O Século* de 8 de Setembro de 1890, p. 2; 11 de Setembro de 1890, p. 2, e 14 de Setembro de 1890, p. 2. *O Primeiro de Janeiro* de 28 de Agosto de 1890, pp. 1-2; 13 de Setembro de 1890, p. 2; 14 de Setembro de 1890, p. 1; 15 de Setembro de 1890, p. 1; e 16 de Setembro de 1890, p. 2. *O Conimbricense* de 6 de Setembro de 1890, p. 1; 9 de Setembro de 1890, p. 2; 16 de Setembro de 1890, p. 2; e 20 de Setembro de 1890, p. 1; *O Correio Elvense*, de 14 de Setembro de 1890, p. 2.

Sociedade de Geografia de Lisboa. Reunida dia 9 de Setembro, publica uma mensagem dirigida ao rei, que, embora moderada, propõe alterações ao texto do Tratado<sup>130</sup>.

Também a imprensa, além do seu papel de informação e incitamento patriótico, toma posição sobre o acontecimento. Reunida a Assembleia dos Jornalistas, decide protestar e enviar uma representação<sup>131</sup>. Ao recém-fundado jornal *República* vêm agora juntar-se duas outras publicações periódicas radicais de cariz antimonárquico: *A Lanterna* e a *República Portuguesa*, dirigida por João Chagas.

O sector académico, por seu turno, não se revela menos activo e empenhado do que meses antes no Ultimatum. Em Lisboa e em Coimbra movimentam-se os estudantes universitários. A Academia de Estudos Livres, dirigida pelo estudante republicano Higinio de Sousa, reúne-se dia 10 de Setembro, tomando posição contra o Tratado. E dia 12 reúne-se em Lisboa o Congresso Académico para protestar contra o Convénio<sup>132</sup>.

Mas é na rua que o movimento ganha a sua verdadeira dimensão. As manifestações patrióticas estendem-se de novo a todo o País. Volta a ouvir-se *A Portuguesa* e o movimento atinge a sua maior expressão em três grandes comícios nas três principais cidades do País: Coimbra, Porto e Lisboa<sup>133</sup>.

Em crescendo, o movimento agiganta-se e atinge o ponto alto na véspera da abertura do Parlamento, que manifestamente procurava pressionar à não ratificação do Tratado, que os editoriais da imprensa propagavam com veemência<sup>134</sup>.

O Governo toma medidas de segurança. Reforça as forças militares e militarizadas na capital, espalha espíões por toda a cidade — corria o boato — e abre seteiras no Quartel do Carmo para disparar sobre as possíveis movimentações de massas no Rossio. Veiculada pelo *O Século*, esta notícia leva ao rubro a opinião pública<sup>135</sup>.

Dia 15 de Setembro, data da abertura do Parlamento, o comércio está totalmente encerrado, a maioria das fábricas param a laboração e a população concentra-se nos principais cafés e locais públicos para se deslocar em manifestação para o Palácio das Cortes.

Protesta-se então contra o Tratado e contra as medidas repressivas do Governo. Protesta o povo, fora do edifício das Cortes, e protestam dentro deputados e pares, nas respectivas sessões<sup>136</sup>.

---

<sup>130</sup> *O Século* de 11 de Janeiro de 1890, p. 1.

<sup>131</sup> *O Conimbricense* de 23 de Setembro de 1890, p. 2.

<sup>132</sup> Sobre a sessão da Academia de Estudos Livres e o Congresso Académico veja-se *O Século*, respectivamente, de 11 de Setembro de 1890, p. 2, e de 12 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>133</sup> Sobre o desenvolvimento dos movimentos de massas — comícios e manifestações populares — veja-se: *O Correio Elvense* de 7 de Setembro de 1890, p. 2; 11 de Setembro de 1890, p. 1; e *A Revolução de Setembro* de 1890, p. 2. *O Conimbricense* de 9 de Setembro de 1890, p. 2; 13 de Setembro de 1890, p. 2; 23 de Setembro de 1890, p. 2. E muito especialmente as rubricas «Contra o Tratado» e «Nas províncias» de *O Século* e *O Primeiro de Janeiro*. *O Século* de 8 de Setembro de 1890, p. 2; 9 de Setembro de 1890, pp. 1-2; 10 de Setembro de 1890, p. 2. *O Primeiro de Janeiro* de 8 de Setembro de 1890, p. 2; 10 de Setembro de 1890, p. 2; 13 de Setembro de 1890, p. 2; e 15 de Setembro de 1890, p. 2.

<sup>134</sup> Veja-se, por exemplo, o artigo de Latino Coelho «Votar o Tratado é desnaturalizar-se português», in *O Século* de 14 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>135</sup> *O Século* de 14 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>136</sup> Vejam-se os protestos dos parlamentares contra tal situação em *Diário das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados* e *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, nas suas sessões de 15 de Setembro de 1890. Vejam-se também as descrições da imprensa, em particular *O Século* de 16 de Setembro de 1890, p. 2.

As manifestações continuam e a carga policial salda-se em 53 prisões e na morte dum operário de 18 anos, conhecido por António Pardal. A morte do jovem causa consternação geral e o cortejo fúnebre torna-se pretexto imediato para manifestações calorosas de patriotismo e indignação<sup>137</sup>.

As movimentações continuam e com elas o confronto com as forças policiais. As prisões avolumam-se e a situação atinge o clímaxe dia 17 de Setembro. As forças de segurança carregam sobre a multidão, dispersando um comício no Chiado e invadindo o Café Martinho, local de encontro de patriotas e republicanos<sup>138</sup>.

A partir de então, e com a notícia da queda do Governo e da não ratificação do Tratado pelo Parlamento, o movimento decresce, voltando progressivamente à normalidade. E é ainda tranquilamente que, meses depois, recebe a notícia do «Modus Vivendi»<sup>139</sup>.

Contudo, o clima patriótico vivido na opinião pública e o movimento de massas que gerou deixaram uma quota-parte importante no desfecho político da questão diplomática. De facto, as 135 representações contra o Tratado<sup>140</sup> recebidas nas Cortes, oriundas dos mais diferentes pontos do País e dos mais variados sectores da vida nacional — que espelham claramente o movimento patriótico —, pesaram indiscutivelmente na decisão tomada. De tal forma que certa imprensa podia afirmar, sem um grande exagero, que «fora uma conquista da opinião pública»<sup>141</sup>.

Em toda esta conjuntura, porém, o Partido Republicano é o grande vencedor. A sua imagem sai reforçada, e com inegável prestígio, na opinião pública. A propaganda republicana obtém integralmente os seus objectivos e, meses depois, o Manifesto de 31 de Janeiro virá confirmar a estratégia que se aponta<sup>142</sup>.

Os partidos monárquicos estão irremediavelmente desprestigiados. O Partido Progressista aceitara o Ultimatum. O Partido Regenerador pactuara com a Inglaterra e procura impor o Tratado. Ambos reprimiram o movimento patriótico.

O rei, cuja imagem a propaganda vinha denegrindo, é abertamente acusado de «aliado natural» da Grã-Bretanha.

Para os republicanos a situação é clara: «De um lado fica a Monarquia com a sua velha aliada, a Inglaterra, que não quis repudiar. Do outro fica a Nação contra a Inglaterra e contra a Monarquia.»<sup>143</sup>

---

<sup>137</sup> Sobre a morte e o funeral do Pardal veja-se *O Século* de 16 de Setembro de 1890, p. 2, e 17 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>138</sup> Sobre os acontecimentos de dia 17 e a invasão do Café Martinho veja-se *O Século* de 17 de Setembro de 1890, p. 2, e 18 de Setembro de 1890, p. 1; *O Primeiro de Janeiro* de 20 de Setembro de 1890, p. 1; e *O Conimbricense* de 20 de Setembro de 1890, p. 2. Veja-se ainda o testemunho presencial de Basílio Teles em *op. cit.*, pp. 222-225.

<sup>139</sup> O «Modus Vivendi» foi publicado no Diário do Governo, n.º 265, de 20 de Novembro de 1890. A imprensa reagiu logo ao «Modus Vivendi». Veja-se *O Primeiro de Janeiro* de 15 de Novembro de 1890, p. 1, e *O Século* de 15 e 19 de Novembro de 1890, p. 1.

<sup>140</sup> Vejam-se as representações contra o Tratado em «Índice» do *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1890, pp. xxviii-xxx.

<sup>141</sup> *O Correio Elvense* de 21 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>142</sup> Os dois objectivos estratégicos da propaganda republicana — desprestígio dos partidos monárquicos e isolamento do rei — que se apontam na conjuntura serão posteriormente confirmados no manifesto de 31 de Janeiro. Veja-se citação em João Chagas e ex-tenente Coelho, *op. cit.*, pp. 154 e 155.

<sup>143</sup> João Chagas, e ex-tenente Coelho, *op. cit.*, p. 23.

Sem dúvida, aos olhos da opinião pública, o Partido Republicano aparece como o único defensor do interesse nacional e último baluarte do patriotismo ofendido. De facto, quando, no Parlamento, o deputado republicano Manuel de Arriaga diz: «— Não confiem no inimigo, confiem em nós. Em nós sim, na Pátria»<sup>144</sup>, não profere uma declaração isolada e a despropósito. Pelo contrário, procura incentivar e explorar o clima que se vive na opinião pública e que Guerra Junqueiro exprime quando diz: «Republicano e patriota tornaram-se sinónimos. Hoje, quem diz Pátria diz República.»<sup>145</sup>

O Partido Republicano torna-se assim o símbolo do patriotismo. Patriotismo que aproveita politicamente e explora em seu favor. E, de facto, na história do Partido Republicano em Portugal, o Ultimatum ficará para sempre como um ponto central na sua formação, assim como o nacionalismo, componente fundamental da sua ideologia.

Meses depois era o 31 de Janeiro.

#### 4. CONCLUSÃO

Em conclusão e muito brevemente. O Ultimatum foi o ponto de encontro privilegiado de duas dinâmicas: uma externa — o conflito colonial; outra interna — a propaganda republicana. Ponto esse em que o conflito diplomático ofereceu à propaganda política um pretexto imediato e fundamentado de aproveitamento partidário. A partir daqui torna-se clara a relação política externa/política interna — o aproveitamento de um factor de ordem externa — o Ultimatum — para a resolução de um problema de ordem interna — a «decadência» a que, segundo os republicanos, a Monarquia conduziu o País.

Assim, sendo inicialmente um acontecimento de política externa, o Ultimatum torna-se um acontecimento de política interna e, a partir daí, também uma questão de estratégia política. Como reagem as forças políticas portuguesas?

Os partidos monárquicos, aos quais competem os imperativos de Estado, sucedem-se no poder, fazendo e desfazendo governos ao sabor dos interesses partidários, sem a devida reserva do interesse nacional.

O Partido Republicano, longe dos círculos do poder e dos negócios da governação, orienta a sua luta para os dois fins: em silêncio, começa a maturar a hipótese revolucionária; publicamente, joga em força na sociedade civil, animando o movimento patriótico e explorando a conjuntura segundo uma estratégia de propaganda dirigida para dois objectivos fundamentais — desprestigiar os partidos monárquicos e isolar o rei.

O desprestígio dos partidos rotativos cresce com o seu próprio desgaste político — um aceitara o Ultimatum, o outro pactuara com o agressor e queria impor o Tratado. Ambos reprimem o movimento patriótico.

O rei é acusado de «aliado natural» de Inglaterra.

Neste panorama, o Partido Republicano surge aos olhos da opinião pública como único defensor do interesse nacional e símbolo do patriotismo. É ele o verdadeiro vencedor.

<sup>144</sup> *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Outubro de 1890.

<sup>145</sup> Guerra Junqueiro citado em João Chagas e ex-tenente Coelho, *op. cit.*, p. 29.

Como dizia Basílio Teles: «Qualquer que seja o destino reservado à pátria portuguesa, o 11 de Janeiro de 1890 ficará sendo para ele uma data memorável; este dia valeu séculos, este momento, à semelhança de outros que conhecemos da história, resumiu, na sua intensa brevidade, todo um passado doloroso e esboçou numa fórmula indecisa o segredo dum futuro perturbante. Foi com certeza um epílogo e será também um prólogo.»<sup>146</sup>

Quem sabe se seriam aqueles o epílogo e o prólogo de que falava Basílio Teles — o outono da Monarquia e a primavera da República.

---

<sup>146</sup> Basílio Teles, *op. cit.*, p. 7.